

*Pedra
& Cal*

Conservação & Reabilitação

As Misericórdias Portuguesas

Valorizar o passado, projetar o futuro

Boas Práticas

Misericórdia de Arouca

Misericórdia de Lisboa

Misericórdia de Viana do Castelo

MISERICORDIA

PRESERVAR A DIGNIDADE CULTURAL

www.aof.pt

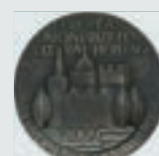
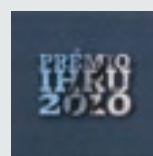


Para além do seu valor histórico e simbólico, um edifício é um conjunto de materiais sabiamente interligados.

Paredes de alvenaria de pedra, gaiolas ou tabiques são exemplos de técnicas complexas, praticamente esquecidas com a construção nova e materiais associados.

É obrigação de todos zelar para que os edifícios que integram o nosso Património continuem a sua vida útil e intervir de modo a manter-lhes a dignidade. Reabilitá-los é preservar a transmissão de valor.

A **AOF** é uma empresa com mais de 50 anos de existência, sempre ligada à salvaguarda do Património. Soube adaptar-se às novas maneiras de entender a intervenção, apostando fortemente na formação dos seus colaboradores. A **AOF** possui um grupo técnico alargado e altamente especializado na área de conservação e restauro.



IDENTIDADE
MEMÓRIA
TRADIÇÃO

PATRIMÓNIO DAS MISERICÓRDIAS

PATRIMÓNIO IMÓVEL
PATRIMÓNIO MÓVEL
PATRIMÓNIO IMATERIAL
ARQUIVÍSTICO

RESTAURO
CONSERVAÇÃO
FORMAÇÃO
DIVULGAÇÃO
PROMOÇÃO

HISTÓRIA DE SÉCULOS
RUMO AO FUTURO



UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUESAS



Um trabalho de séculos que se projeta no futuro

Embora, em Portugal, as suas origens remontem ao século XII e à influência da rainha Santa Isabel, é pela Bula “*Cum sit Carissimus*”¹ de 23 de setembro de 1499, que o controverso Papa renascentista Alexandre VI (Rodrigo de Borgia) confirma a constituição da Misericórdia de Lisboa, fundada um ano antes por D. Leonor de Lencastre.

Não obstante, as Santas Casas desempenharam, ao longo dos séculos, uma função de ajuda e protecção das camadas

Conscientes da importância das boas práticas na conservação e valorização do Património à sua guarda, as Misericórdias,

4 4 P&C 54 Jan 1963 Jan 1963



07. OPINIÃO
O Património das Misericórdias
Um Património artístico, de emoções e de afetos



22. BOAS PRÁTICAS
Misericórdia de Viana do Castelo
Conservação e restauro da pintura mural



30. BOAS PRÁTICAS
Defesa e salvaguarda do Património cultural das Misericórdias
Especificidades da Conservação e Restauro



46. PATRIMÓNIO EM PERIGO
Edifício Cruzeiro
Primeiro centro comercial português corre risco de demolição

04. EDITORIAL
Vitor Córias

06. OPINIÃO
Santas Casas de Misericórdia
Um património de séculos

07. OPINIÃO
O Património das Misericórdias
Um Património artístico, de emoções e de afetos

10. MISERICÓRDIAS
As Misericórdias e o seu Património

14. MISERICÓRDIAS
Casa Museu Padre Belo
Uma obra de Misericórdia

16. BOAS PRÁTICAS
Intervenções de restauro em Misericórdias
A relevância dos estudos histórico-artísticos

18. BOAS PRÁTICAS
Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo
O renascer de uma pérola

22. BOAS PRÁTICAS
Misericórdia de Viana do Castelo
Conservação e restauro da pintura mural

24. BOAS PRÁTICAS
Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo
Estudo diagnóstico do granito da fachada principal

28. BOAS PRÁTICAS
Capela da Misericórdia de Arouca
Projecto de conservação e restauro

30. BOAS PRÁTICAS
Defesa e salvaguarda do Património cultural das Misericórdias
Especificidades da Conservação e Restauro

34. BOAS PRÁTICAS
A importância do diagnóstico na intervenção
O Museu de São Roque como estudo de caso

36. BOAS PRÁTICAS
Ao serviço das Boas Causas
O Património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

38. BOAS PRÁTICAS
Requalificação do Património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Exemplo na gestão contínua dos edifícios

40. BOAS PRÁTICAS
Itália
Intervir em teatros históricos

42. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
É necessário que as principais profissões da construção sejam regulamentadas

44. OPINIÃO
A antiga sede do Banco Nacional Ultramarino / Atual Mude – Museu do Design e da Moda

46. PATRIMÓNIO EM PERIGO
Edifício Cruzeiro
Primeiro centro comercial português corre risco de demolição

46. PATRIMÓNIO EM PERIGO
Grémio do Património apoia a ação-piloto de reabilitação da aldeia de Covas do Monte

48. Vida Associativa

50. Agenda

51. Livraria

52. Associados GECORPA

54. Perspetivas





Santas Casas de Misericórdia

Um património de séculos

Manuel de Lemos | Presidente da União das Misericórdias Portuguesas

O nosso Património são as pessoas e os valores humanistas em que militamos. Estes são os segredos da nossa longevidade.

As Misericórdias de Portugal representam um dos melhores ativos da identidade lusa. Instituições genuinamente portuguesas, na génese e na missão que desempenham, as Santas Casas de Misericórdia desenvolvem, há mais de cinco séculos, uma atividade que marca indelevelmente a vida de milhares de portugueses.

Instituição do povo, criada e gerida pelo povo para benefício dos seus semelhantes, as Misericórdias reúnem na sua identidade o que de mais nobre há na nação portuguesa. Neste contexto, representam um Património único de valor inestimável, pois são instituições que perduram pelos séculos, sustentadas numa atitude cívica e humanista que, identificada com os seus valores, assume, geração após geração, o propósito de praticar o bem e ajudar quem mais precisa.

As Misericórdias não se impõem, não exigem, não forçam. Antes pelo contrário, cativam, mobilizam e realizam o que de mais sincero e puro há no espírito humano. Atentas a quem precisa, reagem prontamente com respostas e estruturas,

capazes de providenciar a ajuda necessária em cada momento. Neste princípio, realiza-se em pleno a prática das Obras de Misericórdia.

Esta atividade de séculos pode ser comprovada pelos testemunhos históricos que a identidade nos revela, mas também pelo Património arquitetónico e histórico que cada Misericórdia possui.

Neste contexto podemos afirmar que estamos perante um Património em que o passado tem futuro, pois, quer no que concerne às Misericórdias no seu todo, como ao seu acervo artístico em particular, o Património construído ao longo de mais de cinco séculos encontra reflexos futuros na divulgação, estudo e fruição deste legado.

Além do mais, apresenta-se como a prova cabal da atividade e existência destas instituições seculares, possibilitando projetar, no futuro, tradições e costumes que são o garante da sua genuína identidade.

O protocolo de colaboração agora estabelecido com o Grémio do Património, na continuidade de outras parcerias já

existentes, exemplifica bem a preocupação da União das Misericórdias em reunir as condições de apoio nas várias vertentes da atuação das Misericórdias, muito especialmente na defesa, salvaguarda e promoção do seu Património, que é único e de grande relevância para Portugal.

Ciente da importância deste Património, a União das Misericórdias Portuguesas não poupará esforços na sua preservação, conservação e divulgação, pois estamos perante um Património da Humanidade que importa conhecer ■

O Património das Misericórdias

Um Património artístico, de emoções e de afetos

Mariano Cabaço | Diretor do Gabinete do Património Cultural da União das Misericórdias Portuguesas

As Misericórdias são detentoras de um Património único em Portugal. Os seus mais de 500 anos de existência permitiram-lhes reunir imóveis de grande interesse arquitetónico e obras de arte valiosas.



Os imóveis e bens patrimoniais que foram edificados para suporte da sua ação quotidiana ou vieram à posse das Misericórdias por doações e legados, são merecedores da maior atenção, constituindo matéria, muito disponível, para estudos académicos e científicos.

Tanto pela diversidade como pela tipologia das proveniências, este Património caracteriza-se por uma grande singularidade, pois representa o testemunho da vontade de um povo que se organizou para auxílio dos mais necessitados, o que permite caracterizá-lo como um Património de emoções e de afetos.

As Misericórdias vão, assim, reunindo Património pelo imperativo de satisfazer as necessidades sociais que se vêm forçadas a assumir ao longo dos tempos. Reúnem e gerem também outro tipo de Património, resultante de doações de beneméritos e filantropos. Desta dupla proveniência, o Património das Misericórdias apresenta características muito próprias que importa conhecer e salvaguardar.

A construção e posse de Património nas Misericórdias conhecem várias etapas ao longo de cinco séculos de existência estando sempre e intrinsecamente relacionadas com uma função primordial de assistência. A problemática da resposta

1 | Bandeira Real - Misericórdia de Valença.

social em Portugal tem as suas raízes nos grandes desafios que a sociedade foi conhecendo, muito especialmente no acompanhamento e apoio na doença e na pobreza.

Outro aspeto a ter presente é o facto destas respostas terem nascido sempre da inspiração cristã, e numa consciência de que o homem se realiza em sociedade e, por isso, deve ter direito ao bem-estar e ser merecedor, quando necessário, da ajuda dos seus semelhantes.

A organização da caridade e solidariedade baseia-se pois nesta trilogia: assistidos, assistentes e assistência. A forma, muito peculiar, de organizar esta resposta vai marcar a identidade das Misericórdias e a sua missão, fenómeno que se reflete diretamente na arquitetura dos seus espaços e na sua cultura humanista.

Contexto histórico-social: assistências, respostas e estruturas

Numa primeira versão de assistência aos outros encontramos em Portugal as gafarias ou leprosas, reservadas aos leprosos ou para assistência ao gafo, como se denominavam então. Temos, numa fase seguinte, os hospitais para acudir aos enfermos e as albergarias destinadas sobretudo a acolhimento de peregrinos e pobres.

Neste propósito de resposta cívica, observamos uma conceção de caridade imediata e visível. Acudir ao necessitado e pobre que deambula pelas ruas das aldeias, vilas e cidades.

Numa fase posterior e confrontados com uma outra realidade, que consiste numa pobreza envergonhada e mais duradoira, surge uma nova resposta que se vai corporizar nas mercearias. Esta pobreza, pela condição social dos seus protagonistas, não podia estender a mão à caridade e assim leva a que se criem estas estruturas, muito vocacionadas já para acolhimento de órfãos e outros necessitados.

Outra realidade que vai proliferando na organização da sociedade são os hospitais assumidos pelas Irmandades e Confrarias, com ação por vezes desorganizada e competitiva entre si.

É neste quadro que surgem as Misericórdias e que, reforçando o ideário cristão da caridade e serviço ao outro, vão assumir também muito do espaço de intervenção

“

A organização da caridade e solidariedade baseia-se pois nesta trilogia: assistidos, assistentes e assistência. A forma, muito peculiar, de organizar esta resposta vai marcar a identidade das Misericórdias e a sua missão, fenómeno que se reflete diretamente na arquitetura dos seus espaços e na sua cultura humanista.

”

das anteriores entidades. Também os bens e imóveis destas primitivas estruturas vão constituir a base de projeção das Misericórdias. Refiram-se especialmente as Confrarias do Espírito Santo, que, mais próximas do tempo da criação das Misericórdias, vão marcar muito a tipologia do seu Património, nomeadamente religioso.

As Misericórdias aparecem assim como a estrutura mais organizada para responder a todas as necessidades locais. Com base no programa das *catorze obras de misericórdia*, estas instituições vão inovar na forma de fazer o bem, estendendo a sua atividade a todas as áreas mais desprotegidas da sociedade. Assumem claramente a assistência na saúde, mas também acolhem peregrinos, saciam quem tem fome, acompanham os presos, tratam dos pobres e desvalidos, protegem os órfãos e expostos, enterram os mortos e, coroando toda esta atividade mais terrena, assumem a promoção do culto e a evangelização dos seus irmãos.

Este fenómeno assume-se como uma inovação na sociedade e o prestígio das Misericórdias portuguesas e a sua sobrevivência ao longo dos tempos, passa por esta missão alargada.

É também por esta relevante ação que as Misericórdias vão ser reconhecidas, por todos, como entidades de grande valia local e por isso merecedoras do maior apoio e carinho. Vão surgindo assim várias manifestações de apoio às Misericórdias, com doações e legados que estas instituições rapidamente colocam ao serviço do bem comum.

Porque são instituições genuinamente criadas pelo povo, para o povo, a filantropia vai estar sempre presente, ao longo de séculos, na vida das Misericórdias.

Embora inspiradas na realidade italiana, onde as Misericórdias asseguravam, sobretudo, cuidados hospitalares, as instituições portuguesas assumem um programa mais ambicioso e alargam a sua ação, como já referimos, a todas as áreas mais necessitadas da sociedade. É este fenómeno que, seguramente, lhes confere grande prestígio e sustentabilidade ao longo dos tempos.

Almeida Garrett, num dos seus discursos parlamentares, refere isso mesmo ao proclamar: *“Temos em Portugal uma instituição que nos honra, que tem sido louvada, invejada por todas as pessoas, que é a melhor instituição que eu conheço... Em nenhum país da terra há instituição filantrópica superior nem igual...”*

Se nos retemos nesta apreciação identitária da génese das Misericórdias é porque o Património que vão acumulando e gerindo ao longo de séculos resulta desta sua atividade e aumenta ou diminui perante circunstâncias sociais e políticas do país.

Neste contexto, não podemos esquecer que apesar das várias convulsões da História de Portugal, o Património das Misericórdias é, na maioria dos casos, poupado e salvaguardado, fenómeno a que não será alheio o reconhecimento da ação meritória destas instituições e a sua característica única de ser uma organização local, criada e gerida pelos homens da terra. Este aspeto protegeu sempre as Misericórdias.

O Património, sobretudo imóvel, permanece assim intocável e é mesmo aumentado em conjunturas específicas como a da extinção das Ordens Religiosas, em que muitos dos conventos são entregues às Misericórdias para aí instalarem serviços e respostas sociais.

Outros momentos, não tão felizes, como o da Lei das Amortizações, em 1866, ou da nacionalização dos hospitais, resultante da Revolução do 25 de Abril de 1974, infligiram rudes golpes neste Património.

2 | Altar-mor - Igreja da Misericórdia de Barcelos.

3 | Fachada da igreja e edifício - Misericórdia de Barcelos.

Atualmente, a realidade é bem melhor e, em matéria de manutenção, preservação e salvaguarda do Património, conhecemos uma forte aposta das Misericórdias em assumir este propósito.

A sensibilidade que prolifera nesta matéria revela uma vez mais a capacidade das Misericórdias assumirem a sua identidade própria, adaptando-se aos tempos, reafectando espaços a outras funções, reinventando e atualizando, nos nossos dias, a prática das obras de Misericórdia.

Um Património que fala por si, que foi construído e reunido com o objetivo de serviço público. Tudo foi colocado ao serviço da comunidade e numa gestão de afetos e emoções. Porque falamos de Misericórdias, o nosso verdadeiro património começa também na atitude e disponibilidade de pessoas que se preocupam com o outro e se dispõem a dar o seu tempo e a doar os seus bens para ajudar quem mais precisa.

É por isso que este Património imóvel, móvel, documental e imaterial é diferente e resiste no tempo. Falamos de um Património único de grande importância artística e cultural para Portugal. A especificidade dos bens das Misericórdias, resultante da sua atividade, reúne elementos antropológicos e sociais que dificilmente se encontram noutras instituições. Todo o programa arquitetónico e artístico que as Misericórdias apresentam foi influenciado pelas adaptações que estas instituições foram sofrendo ao longo de séculos. Assume uma particularidade, pelo facto de tanto os edifícios de carácter civil, como os religiosos e as obras de arte, em geral, serem muito marcados pela atividade da instituição. Pois tanto a construção e aquisição de bens, como a gestão de legados estiveram sempre ao serviço dos que assumiram a prática das *catorze obras de misericórdia*. É esta realidade que encontramos no Património das instituições.

No quadro do Património imóvel, identificamos programas arquitetónicos únicos em Portugal, tanto nas Igrejas da Misericórdia, com a Tribuna ou Cadeiral dos Mesários, como nas Salas de Sessões, com o tradicional Oratório, até à especificidade dos hospitais anexos à igreja, com os

edifícios interligados, permitindo assegurar o apoio espiritual aos doentes. São características muito próprias deste Património.

Numa abordagem mais atual, encontramos igualmente nas Misericórdias edifícios com tipologias muito particulares, como são os casos dos lares, creches, unidades de cuidados continuados, centros de apoio à deficiência e equipamentos vocacionados para pacientes com demências.

Outra realidade patrimonial das Misericórdias passa pela gestão de imóveis e equipamentos que receberam em doação, onde figuram praças de touros, teatros, jazigos, conventos, capelas, hotéis, solares, montes, quintas, museus, casas museu, farmácias, bairros sociais, entre outros. Esta singularidade de Património resulta da identidade e da missão das Misericórdias.

No que ao Património móvel diz respeito, são também as Misericórdias entidades muito específicas. A um acervo principal de obras de arte religiosas e de alfaias litúrgicas, juntam-se coleções muito interessantes de outras obras de arte resultantes de legados e heranças. Também o espólio de instrumentos de enfermagem e de equipamentos hospitalares é relevante nos acervos das Misericórdias.

No campo documental têm as Misericórdias informação única, a começar pelos seus estatutos que se denominam *Compromisso* e que representam testemunhos históricos únicos em Portugal. Também a documentação da atividade secular destas instituições representa um manancial de informação de grande valia, pois a História socioeconómica, assim como a da saúde e assistência em Portugal têm nesta documentação a melhor fonte de investigação.

Outra vertente das Misericórdias, sempre existente na sua ação, mas mais recentemente reconhecida e valorizada, é o seu Património imaterial, demais evidente nas suas tradições e nos seus rituais.

As Misericórdias reúnem em si aspetos muito próprios de instituições que sempre foram amadas e protegidas pelas populações locais. Reúnem espólios que utilizaram ao longo de séculos para promover o culto, assim como para prestar serviços aos seus utentes. Souberam acolher e preservar os legados que foram recebendo, respeitando, na maioria dos casos, a identidade e memória dos seus benfeitores.



Têm, no panorama da Arte e da Arquitetura em Portugal, um lugar próprio, pois são detentoras de bens que nenhuma outra instituição apresenta. Podemos falar só como exemplo das igrejas da Misericórdia, das bandeiras da Misericórdia, das varas da irmandade, das galerias de benfeitores ou das opas e insígnias dos Mesários.

É esta particularidade e esta riqueza que importa preservar e, sobretudo, dar a conhecer. Será a melhor forma de afirmar a identidade própria das Misericórdias Portuguesas ■

As Misericórdias e o seu Património

Bernardo Reis | Provedor da Misericórdia de Braga, Vogal do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, com o Pelouro do Património

A União das Misericórdias Portuguesas e o seu Gabinete do Património Cultural trabalham para atingir resultados na inventariação e salvaguarda de um importante legado artístico que marca Portugal e o mundo.



As Misericórdias ou Santas Casas, como o povo lhes chamava, são das mais autênticas manifestações de identidade, longevidade, solidariedade, de cultura e da História de Portugal a partir do século XVI, após a fundação da Misericórdia de Lisboa, em 1498, pela Rainha Dona Leonor, tornando-se verdadeiras mensageiras de um movimento marcante no período áureo dos Descobrimentos.

As Irmandades e Santas Casas muito contribuíram para os primórdios da globalização e da evangelização a partir de um pequeno país, marcando gerações e deixando traços indelévels transcontinentais, que permaneceram e chegaram até aos nossos dias como uma força aglutinante de solidariedade aos mais carenciados, dentro do espírito das 14 Obras de Misericórdia.

Este espírito, sempre acompanhado de uma cultura artística fortemente ligada à religião católica, originou movimentos culturais que marcaram épocas, com estilos arquitectónicos e artísticos identificáveis, portadores de uma riqueza patrimonial incalculável.

As Misericórdias são marcos referenciais de uma Cultura portuguesa, integrando obras de pintura, escultura, alfaia litúrgica e paramentaria, englobando diversos períodos artísticos, desde o século XV ao século XIX, explanando diferentes formulários, do maneirismo ao neoclássico, com relevância para o período barroco.

A riqueza do Património das Santas Casas, a sua preservação e divulgação, são vectores que nos orientam para a não alienação do legado histórico, para a conservação da sua identidade específica, dentro da missão histórica das Misericórdias e também para manter o seu espírito universalista de partilha.

A inventariação e a divulgação do Património é um meio privilegiado de conhecer e, em simultâneo, garantir uma eficaz preservação, salvaguarda e divulgação dos bens culturais referentes ao Património móvel, imóvel e imaterial. Para tal, são utilizadas as novas tecnologias da informação (inventários *on-line*, *sites*, *DVDs*, entre outros), de forma a permitir um acesso rápido e dinâmico, promovendo uma aproximação da sociedade com a Cultura.

Gabinete do Património Cultural da União das Misericórdias Portuguesas

Tendo em vista estudar, preservar e divulgar o Património das Misericórdias portuguesas, possuidoras de um valioso espólio artístico adquirido ao longo de mais de cinco séculos, foi criado em 2000 o Gabinete do Património Cultural da União das Misericórdias Portuguesas.

Ao criar este gabinete teve-se como finalidade defender, estudar e divulgar a identidade secular das Misericórdias através do seu Património cultural, que inclui o artístico, material, imaterial e humano.

Entendeu-se na primeira fase efectuar o inventário e estudo do Património imóvel, móvel e arquivístico, dando-se especial atenção ao acompanhamento junto das Misericórdias no restauro e conservação do seu Património mais valioso, não permitindo que fosse alterada a sua originalidade mediante intervenções que desvirtuassem as obras de arte, criadas em períodos e estilos diferentes ao longo de séculos.

Por outro lado, a divulgação do Património a nível turístico torna-se numa mais-valia económica para as Misericórdias e para o país, pois a actuação da União das Misericórdias Portuguesas sensibilizou as Misericórdias para os acervos valiosos de que são detentoras, levando a que muitas criassem o seu museu ou núcleo museológico, vindo a contextualizar no futuro uma rede a nível nacional, que se traduzirá numa relevância muito importante para a projecção das Misericórdias, da Cultura portuguesa e da Economia.

Desde a criação do gabinete até à actualidade, foi desenvolvida uma actividade notável no sentido de mostrar ao país e às comunidades a mais-valia do Património das Misericórdias de Norte a Sul e do Litoral

“

As Misericórdias são marcos referenciais de uma Cultura portuguesa, integrando obras de pintura, escultura, alfaia litúrgicas e paramentaria, englobando diversos períodos artísticos, desde o século XV ao século XIX, explanando diferentes formulários, do maneirismo ao neoclássico com relevância para o período barroco.

”

ao Interior Raiano, numa demonstração de criatividade artística através dos séculos, onde pairou sempre um forte espírito marcado pela interligação entre as 14 Obras de Misericórdia e a Arte, como forma de mostrar a nossa História sob diversas formas, ao serviço dos mais carenciados.

Este sentido de solidariedade e dádiva em voluntariado repercute-se no trabalho arquitectónico da pedra, nas pinturas em madeira e tela, nos manuscritos do século XVI, nos documentos da vida das Misericórdias e na bibliografia existente desde a fundação da primeira Misericórdia em Portugal, no final do século XV, até aos nossos dias.

Entre as 392 Misericórdias portuguesas em actividade foram inventariados 1 010 imóveis de interesse histórico e arquitectónico, tendo sido elaboradas 551 fichas, encontrando-se todas *on-line* no Portal da União das Misericórdias Portuguesas.

O inventário do Património móvel já incidiu sobre 83 Misericórdias, com 28 484 peças inventariadas, 18 716 fichas, encontrando-se 17 256 *on-line*.

O Património arquivístico reflecte-se em 120 Misericórdias, registando-se 250 Misericórdias com arquivos, salientando-se que dentro do Imaterial já foram sinalizadas 150.

Deste trabalho e de outro, realizado anteriormente à constituição do Gabinete do Património Cultural, resultaram 48 Museus e Casas Museu.

1 | *Um farricoco com ruge-ruge, Quinta-feira Santa. © Comissão da Semana Santa / WAPA Photo*

2 | *Custódia-relicário em madeira, com medalhão central de cera (Agnus Dei) e com relíquias em volta (séc. XVIII), Igreja da Misericórdia de Braga.*

3 | *Tela da Nossa Senhora da Misericórdia, pintada por José Lopes em 1736, na tribuna da Igreja da Misericórdia de Braga.*



4 | Túmulo de mármore com incrustações de cores diversas, com as relíquias de S. João Marcos, mandado executar pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles, em Itália (1718).



Foram estabelecidos diversos protocolos, com representações e acompanhamento de processos, destacando-se os celebrados com o Conselho Nacional do Instituto Português de Museus, a Comissão Nacional dos Bens Culturais da Igreja, a Igreja Segura (Instituto Superior da Polícia Judiciária e Ciências Criminais) e a Secretaria de Estado da Cultura.

Tudo isto representa a importância das Misericórdias na área cultural do país, como fontes dinamizadoras para criar, preservar e conservar bens marcantes de épocas e períodos artísticos em Portugal.

Quando estiver terminado este trabalho iniciado pela União das Misericórdias Portuguesas, Portugal ficará mais rico e haverá uma avaliação global do diverso Património das Misericórdias, vindo a constituir com certeza um dos marcos mais distintivos da cultura misericordiana portuguesa, sendo então altura do Património das Misericórdias se candidatar

a Património Mundial da Humanidade. Actualmente existem 4 200 Misericórdias em todos os continentes, sendo só no Brasil 2 200, e em Portugal 392 em actividade e 80 desactivadas mas com Património ou vestígios patrimoniais.

A Confederação Internacional das Misericórdias (CIM), dentro de um novo modelo de globalização, em que Portugal foi inovador no período áureo dos Descobrimentos, prossegue com a criação de Misericórdias ou então a sua reactivação, como vai acontecer em Nagasáqui, Japão, em 2013.

O legado artístico das Santas Casas da Misericórdia é uma porta entreaberta para conhecer não só o tipo de instituição única em todo o mundo, como também para estudar e analisar cientificamente a evolução da arte, a evolução social através dos tempos, a religiosidade ligada à Arte Sacra e das achegas importantes dos primórdios da globalização até à actualidade.

As Santas Casas devem procurar indicar caminhos possíveis no sentido de conhecer, conservar e divulgar os patrimónios misericordianos. São tarefas que as Misericórdias podem cumprir de forma sustentável, encontrando parceiros e realizando economias de escala. Na verdade, conservar o seu Património multissecular e multifacetado é mais um dos serviços que as Misericórdias têm oferecido a Portugal e aos portugueses, devendo fazê-lo com critério e dentro da sua cultura artística secular. Como afirmava Leonardo da Vinci, “O amor à arte é tanto mais ardente quanto o conhecimento é mais perfeito” ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA

500 ANOS AO SERVIÇO DA SOLIDARIEDADE

stap

Reabilitação estrutural do edificado e da infra-estrutura construída

A **Stap** não desenvolve qualquer actividade na construção nova. A empresa dedica-se totalmente à reabilitação das construções existentes, tornando-as aptas a servir melhor e durante mais tempo os seus utilizadores. Deste modo, a **Stap** contribui para economizar recursos financeiros e rentabilizar o investimento em edifícios e infra-estruturas.

Legenda:

- 1 - Estrada da Marginal, Carcavelos, passagem inferior para peões: reparação e reforço dos tetos com novas armaduras e betão projetado
- 2 - Reforço de lajes com laminados de fibra de carbono (CFRP) num edifício na Rua Ivens, Lisboa
- 3 e 4 - Reparação da Ponte de Canha



2



3



1



4



Reparação,
Consolidação
e Modificação
de Estruturas, S.A.

Titular do Alvará de Construção N.º 1900
Sede: Rua Marquês de Fronteira N.º 8, 3.º Dt.º
1070-296 Lisboa
Tel.: 213 712 580 Fax: 213 854 980
info@stap.pt www.stap.pt



Casa Museu Padre Belo

Uma obra de Misericórdia

Mário de Carvalho Cruz | Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Crato

A Santa Casa da Misericórdia da Vila do Crato sempre pautou a sua ação pelo cuidado e preservação da sua identidade histórica e do seu Património.

Consciente que o legado histórico e patrimonial recebido dos nossos antepassados deve ser preservado e valorizado para as gerações vindouras, a Santa Casa da Misericórdia da Vila do Crato tem vindo a apostar no estudo, conservação e divulgação dos edifícios e das obras de arte que lhe estão confiadas.

Numa terra com nobres pergaminhos como o Crato, a Misericórdia assumiu sempre um papel decisivo na retaguarda dos cuidados de saúde e no apoio aos mais desfavorecidos. Desde o primitivo Hospital, porventura sucedâneo da Albergaria de Santa Maria, já em atividade no século XIV, a Misericórdia foi construindo e gerindo imóveis, muito diversificados na sua estrutura e função. Podemos referir como exemplos o Convento de Santo António, a Igreja da Misericórdia, a Igreja de Santo António, a Sopa dos Pobres, a Praça de Touros, as estruturas de respostas sociais mais recentes e a Casa Museu Padre Belo.

Pela importância desta estrutura museológica e pela raridade deste tipo de legados às Misericórdias, permitimo-nos apresentar, mais em detalhe, esta valência cultural da nossa Misericórdia.

A Santa Casa da Misericórdia do Crato recebeu, em 1998, a doação da Casa e de todo o recheio, pertencentes ao Padre Dr. Francisco António Rosado Belo. A doação, feita com o desejo de que todo este legado viesse suportar e dar vida a uma estrutura cultural, criou, desde então, uma outra dinâmica nas opções da Misericórdia.

Respeitando na íntegra a vontade do doador, tudo temos feito para dinamizar



a partir desta coleção um conjunto de iniciativas culturais, educacionais, sociais e religiosas.

O Padre Belo foi sacerdote, historiador de arte e colecionador. A partir da sua grande paixão e devoção à “Infância de Cristo”, desenvolveu um gosto especial pela coleção de representações escultóricas desta temática. No entanto, a sua sensibilidade artística e o enorme espírito colecionador levou-o a reunir acervos de outras temáticas, que podem hoje ser apreciados na Casa Museu. As artes decorativas e a exposição e arrumação do espólio que nos deixou pela sua mão, emprestam à coleção uma característica muito própria e pouco usual neste tipo de museus.

A Casa de que falamos tem no seu espólio, para além de muitas centenas de outras peças de arte, uma das maiores coleções nacionais de imagens e representações de Meninos Jesus. É aliás por esta coleção que a Casa se tem tornado mais conhecida e visitada.

Mas outras razões levariam a Santa Casa a aceitar esta doação de bom grado, responsabilizando-se perante este colecionador que tudo faria para concretizar o seu sonho de constituir a partir deste espólio uma Casa Museu.

Se as imagens de Meninos Jesus são parte importante da coleção, não podemos esquecer um valioso conjunto de outras representações e pinturas com temática da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo.

Também a imaginária Mariana ocupa um lugar de destaque nesta Casa. Desde as imagens de Nossa Senhora da Conceição, em maior número, até às Santas Mães e às Virgens com o Menino, todas estas peças representam valiosos testemunhos da produção artística portuguesa ao longo de séculos.

Muitas outras peças de arte compõem a coleção, pois tanto a Paramentaria como as alfaías litúrgicas e os livros de oração são outros dos atrativos desta Casa Museu.

Numa outra perspetiva de colecionador, o Padre Belo foi reunindo uma excelente coleção de faianças e porcelanas, a qual se pode apreciar em sala própria e que constitui, sem dúvida, um manancial de estudo e análise da produção ceramista portuguesa.

Ainda uma outra coleção, muito curiosa, é a que reúne latas das mais variadas configurações e utilidades. Desde um conjunto apreciável de antigas formas de bolos a uma coleção de lamparinas e lanternas, até às caixas e embalagens comerciais, todos estes objetos surpreendem e impressionam quem os admira.

A Casa do Padre Belo, pelo acervo artístico que apresenta, constitui uma das maiores e melhores coleções de arte do distrito de Portalegre e até de Portugal. A Santa Casa da Misericórdia do Crato, a quem o colecionador confiou este tesouro artístico, não pode, de forma alguma, deixar de encetar todos os esforços para valorizar esta coleção, promovendo e divulgando as suas potencialidades ■

Visita à Casa Museu

A visita à Casa Museu inicia-se nos espaços de vivência mais íntima do Padre Belo, o **escritório** e o **quarto**, onde se encontra um conjunto de peças de valor mais afetivo e pessoal, como fotografias de família e da sua ordenação sacerdotal, assim como as condecorações que recebeu ao longo da vida. Da sua atividade, para além de sacerdote, destaca-se o fato de ter sido professor, conservador de museu e o primeiro presidente da câmara do Crato após o 25 de Abril.

Ainda de vivências pessoais, no decurso da visita apresentam-se as **salas de faianças** e a **cozinha**, com uma surpreendente coleção de latas.

No núcleo principal da exposição é apresentado um conjunto de salas concebidas e decoradas pelo Padre Belo, constituídas por imagens e representações do nascimento e infância de Jesus Menino.

A visita continua na **sala de pratas e marfins**, onde se destacam raros e belos exemplares de Cristos, assim como um acervo de pratas, com particular destaque para o conjunto de medalhões e fivelas.

A visita termina com a passagem pela **sala dedicada a Nossa Senhora** e pelo último **núcleo, dedicado à Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo**.

A Misericórdia do Crato, orgulhosa deste legado e consciente de que a sua projeção e fruição por parte de todos é o melhor tributo ao trabalho e memória deste Homem de Misericórdia que foi o Padre Belo, convida todos a uma visita. Esperamos por si.

Pode um telhado poupar energia?

Poupe na sua fatura energética ao renovar de forma eficiente o seu telhado. Conheça a solução de renovação UM-RENOVAR da Umbelino Monteiro.

Ainda que o telhado represente uma das maiores áreas de qualquer habitação, grande parte de nós desconhece que as maiores perdas energéticas ocorrem precisamente através do telhado. Uma cobertura deficiente ou inadequada implica perdas de calor ou frio consideráveis, reduzindo o conforto térmico da habitação e aumentando significativamente o custo da sua fatura energética.

A solução UM-Renovar da Umbelino Monteiro é uma solução fácil, completa e integrada para a renovação de telhados, que lhe garante eficiência energética, comodidade térmica e um menor impacto ambiental. Saiba mais através do site: www.renovarotelhadopoupaenergia.com



UMBELINO MONTEIRO
COBERTURAS PARA A VIDA

A solução UM-Renovar

A solução **UM-Renovar** é o resultado do aperfeiçoamento contínuo dos nossos produtos e de uma especial preocupação no incremento da compatibilidade dos mesmos entre si, de modo a garantir que quando utilizados em conjunto resultem numa solução construtiva sólida, fiável e eco-eficiente.

A solução **UM-Renovar** resulta da combinação de três produtos com a assinatura Umbelino Monteiro: telhas cerâmicas e respetivos acessórios, placas de fibrocimento UM (sub-telha) e telhas solares fotovoltaicas Solesia.

A conjugação estruturada e a fiabilidade em termos de compatibilidade dos diferentes componentes da solução **UM-Renovar**, tornam-na na resposta completa e integrada para a renovação de telhados que, associada a uma construção adequada, constitui uma fonte de conforto e simultaneamente de poupança energética.



1 Telhas cerâmicas e respetivos acessórios UM

Produzidos através de uma criteriosa seleção de argilas e de um sofisticado processo produtivo, os nossos produtos apresentam-se nas gamas **Advance Lusa**, **Advance Marseille**, **UM Canudo** e **UM Lusa** que lhe oferecem rigor, resistência, garantia, rentabilidade e uma ampla escolha de cores, acabamentos e estilos, garantindo a solução perfeita em termos de renovação.

2 Placas de Fibrocimento UM (sub-telha)

Isentas de amianto, ou de qualquer outro contaminante, as placas de Fibrocimento UM são produzidas com materiais orgânicos recorrendo à **tecnologia Etex**, e quando combinadas com as telhas cerâmicas UM potenciam o equilíbrio térmico da habitação, funcionando ainda como uma segunda cobertura capaz de reforçar a estanqueidade e a estabilidade do telhado.

3 Solesia, as telhas solares fotovoltaicas que produzem energia

100% compatíveis com as telhas Advance, as telhas fotovoltaicas Solesia apresentam-se como uma solução esteticamente apurada para o **aproveitamento da energia solar**. Graças a uma integração perfeita dos painéis no telhado, o Sistema Solesia combina a produção de energia com a integridade estética dos edifícios.

Intervenções de restauro em Misericórdias

A relevância dos estudos histórico-artísticos

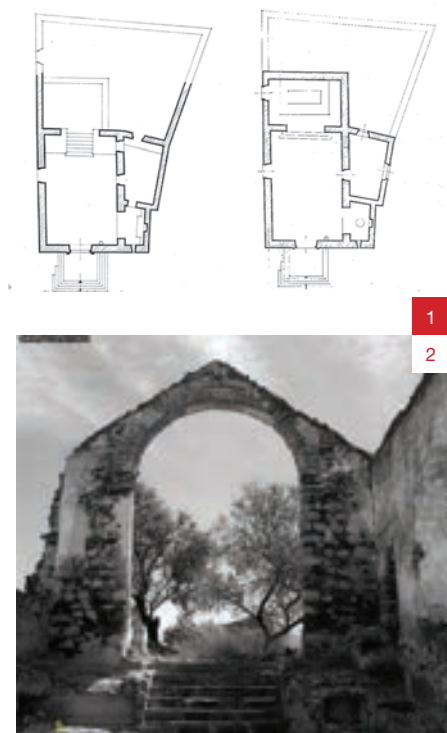
Joana Balsa de Pinho | Historiadora da Arte, Doutoranda em Arte, Património e Restauro

A caracterização histórica, artística e material dos edifícios antecedendo as estratégias e metodologias de intervenção, assim como o confronto com a realidade arquitectónica de edifícios semelhantes, são fundamentais para preservar a singularidade de cada monumento: a salvaguarda material dos bens culturais deve atender à sua história, funcionalidade e identidade.

As actuais teorias e práticas de conservação e restauro incentivam a um conhecimento pormenorizado do bem cultural em que se vai intervir, antecedendo a definição de estratégias e metodologias de intervenção. As cartas, recomendações, declarações e outros textos doutrinários destacam a relevância do conhecimento histórico, artístico e material dos objectos. As equipas de trabalho em contexto de intervenções e projectos de investigação integram conservadores-restauradores, arquitectos, engenheiros, químicos, físicos, historiadores e gestores.

É esta questão que queremos abordar, recorrendo a alguns exemplos que se relacionam com diferentes aspectos da nossa investigação para tese de doutoramento sobre as Confrarias da Misericórdia e a Arquitectura portuguesa quinhentista, entregue no final de 2012 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Começemos por Castro Marim e Torre de Moncorvo, duas Misericórdias de fundação quinhentista com edifícios construídos no mesmo período e que apresentam a particularidade de terem sofrido uma campanha de restauro que, carecendo de elementos histórico-artísticos relevantes, mal interpretou os vestígios materiais existentes, originando uma realidade estranha às características das igrejas que integram o edifício sede das confrarias da Misericórdia – Casa da Misericórdia. Na Misericórdia algarvia a intervenção decorreu de 1977 a 1982 e na transmontana de 1981 a 1986.



Queremos destacar que, para estas considerações, foi fundamental o arquivo gráfico e fotográfico mantido pela instituição responsável por estas intervenções, a antiga Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), actual Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). A conservação e disponibilização destes materiais permitem conhecer a intervenção, as pré-existências e a evolução dos trabalhos.

Castro Marim

Relativamente a Castro Marim, o edifício estava bastante arruinado quando se procedeu ao seu restauro. As plantas e fotografias anteriores à obra mostram com clareza a existência da parede do arco triunfal e de uma organização espacial em que havia ligação entre a igreja e o edifício anexo; no entanto, parece não existir indícios da configuração da capela-mor. Duas plantas, antes e depois da obra, mostram também o que se reconstruiu. Efectivamente configurou-se uma capela-mor que não existia, não se manteve o cruzeiro elevado com acesso por escadas centrais; e a morfologia do arco triunfal foi alterada como se vê pelo desenho do projecto do arco triunfal e planta depois da obra.

Assim, esta intervenção transformou a concepção primitiva do conjunto arquitectónico e a planimetria da igreja. Embora a planimetria actual não seja estranha no contexto das Misericórdias, a anterior enquadrava-se num modo muito comum e privilegiado durante o século XVI.

Torre de Moncorvo

O caso de Torre de Moncorvo, sendo diferente, parte do mesmo pressuposto. Quando se iniciou a obra, a igreja apresentava um púlpito na nave, junto da tribuna dos oficiais, mas não integrado nela; encontravam-se apenas justapostos.

A intervenção revelou as colunas que delimitavam um dos vãos da tribuna e que tinha sido ocultado pela sua adaptação a púlpito. Com esta descoberta, decidiu-se manter o vão original da tribuna e integrar nela o púlpito, colocando uma guarda semelhante e contínua em ambos. Este facto cria uma situação anómala. No âmbito da produção arquitectónica das Misericórdias, são raros os casos em que púlpito e tribuna, tipo vão, partilham o mesmo alçado, e mesmo quando esta situação acontece, são equipamentos independentes morfológica e funcionalmente.

Em ambos os exemplos, a pesquisa de elementos que caracterizam histórica e artisticamente os edifícios a intervir e o confronto com a realidade arquitectónica de edifícios semelhantes teriam sido uma mais-valia para o resultado de intervenção.

Almada e Arez

Foi o que sucedeu em Almada e Arez, duas Misericórdias igualmente fundadas no século XVI. Coincidindo com uma intenção que os responsáveis pelas duas Misericórdias tinham há já alguns anos, a nossa investigação desencadeou um processo conducente ao seu restauro e que tivemos oportunidade de acompanhar desde 2008.

Técnicos e responsáveis puderam dialogar e reflectir sobre diferentes opções da intervenção, definir uma estratégia global que abarcaria progressivamente e de modo concertado a estrutura, os elementos decorativos (pintura mural e azulejaria) e retábulos.

Inclusivamente, em Arez foi possível realizar um conjunto de sondagens que confirmou a existência de outras pinturas murais e esgrafito – que corresponderiam à campanha decorativa primitiva de finais do século XVI e princípios do XVII – e optar pela preparação de um espaço de maiores dimensões tendo em vista uma nova função para o edifício, que tem servido apenas como capela mortuária.

Em Almada foi também possível minimizar os impactos criados na igreja por uma remodelação dos anos 80, de adaptação do edifício contíguo, nomeadamente ao nível do coro e tribuna dos oficiais, elemento emblemático das igrejas que integram a Casa da Misericórdia.

Esta forma de trabalhar possibilita preservar a identidade dos edifícios e as características singulares que os

individualizam face à restante produção arquitectónica coeva. A intervenção de conservação e restauro deve procurar a salvaguarda material dos bens culturais, atendendo também à sua história, funcionalidade e identidade; deve preservar a sua memória e trans-memória, só possível com um sólido conhecimento histórico-artístico em clara articulação com os restantes saberes que caracterizam a conservação e restauro ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

1 | CastroMarim: plantas antes e depois das obras.
© www.monumentos.pt

2 | Castro Marim: antes das obras.
© www.monumentos.pt

3 | Castro Marim: depois das obras.

4 | Torre de Moncorvo: antes das obras.
© www.monumentos.pt



3



4

SOLUÇÕES CERTAS



A PENGEST, fundada em 1982, tem por objecto social a prestação de serviços técnicos no âmbito de projecto, análise, planeamento, lançamento, coordenação, controlo, fiscalização e gestão de empreendimentos, designadamente gestão da qualidade, da segurança e da protecção ambiental em empreendimentos durante as fases de projecto, lançamento e construção, prestando igualmente serviços de assessoria nesses aspectos técnicos a organismos e/ou empresas.



EDIFÍCIO CAMPO GRANDE, 28, 12.º ANDAR, SALAS B E C,
1700-093 LISBOA . geral@pengest.pt . www.pengest.pt
Tel: 21 796 32 14 . fax: 21 796 30 46

Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo

O renascer de uma pérola

J. Vitorino Reis | Engenheiro mecânico (FEUP), Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo

A Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, fechada ao culto desde Dezembro de 2010, tem vindo a ser intervencionada nos últimos vinte meses. As obras destinaram-se a garantir a consolidação estrutural da igreja e partes anexas que se encontravam num estado acentuado de degradação. Muito mais haveria a fazer nesta jóia da Arquitectura portuguesa, única no seu estilo. A esperança de continuar a recuperar o Património legado mantém-se e alguns sinais de ajuda começam a aparecer.

Foi no século XVI, no chamado Campo do Forno (actual Praça da República), que a Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima decidiu erigir um hospital e a igreja original. Sobre ela, muito degradada e em ruínas no século XVIII, foi construída esta pérola do barroco, entre 1716 e 1722 (apenas seis anos!).

Com quase 500 anos de vida, a completar em 2021, a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo (SCMVC) atravessa um dos momentos mais difíceis da sua existência. A situação actual não será muito diferente de outras, que foram sendo

vencidas com o trabalho árduo, espírito de equipa e o esforço de todos os irmãos que se dedicaram à instituição.

Possuidora de um Património arquitectónico único em Portugal, a SCMVC obteve uma comparticipação de 70% do QREN-ON 2, após ter apresentado uma candidatura para a recuperação estrutural da igreja, o restauro azulejar e do tecto, com um custo estimado em 877 mil euros.

Já no mandato da actual Mesa Administrativa alterou-se a metodologia de realização das obras e foi reformulado o projecto inicial

de modo a incluir, no mesmo orçamento, um outro conjunto de obras: restauro da fachada em granito (século XVI); substituição da instalação eléctrica e da iluminação; equipamento de anti-intrusão; recuperação do claustro e restauro da Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho.

O diagnóstico

Objecto de intervenções diversas, muitas indocumentadas, este projecto de grande complexidade teve a faculdade de restituir ao imóvel a sua qualidade arquitectónica e as condições de segurança perdidas devido a falhas estruturais, desprendimentos e queda de áreas significativas do tecto e de zonas das paredes revestidas a azulejo. Com graves avarias estruturais ao nível da estabilidade do arco cruzeiro, da cúpula e dos paramentos do tardo do altar-mor foram encontradas, no decurso da obra, fendas e abertura de juntas mais graves do que se pensava, as quais haviam sido colmatadas, anteriormente, sem sucesso.

A estrutura em madeira da cobertura estava em condições razoáveis, salvo na ligação das pernas das asnas ao frechal devido à



1 | Altares laterais do lado do evangelho.

“

A capela de Nossa Senhora do Bom Despacho encontrava-se num estado de abandono total. O retábulo maneirista de talha dourada e policromada, com lacunas graves de material, havia sido desmontado.

”

infestação por térmitas e fungos. O telhado, em muito mau estado causado por erros de concepção e ausência de manutenção, permitiu a entrada de águas pluviais com consequências graves no tecto e nos painéis de azulejos que cobrem a totalidade das paredes da igreja. Gaze de faceamento, colocada em 1998, evitou a queda maciça de azulejos.

A azulejaria exterior da cúpula da capela-mor e da torre sineira estava muito danificada. Muita vegetação, musgos, fendilhação e destacamentos permitiam a entrada de águas pluviais. No tecto, pintado ao brutesco, a degradação não era menor. Mais de 25% já tinha caído ou estava destacado do fasquio e em eminência de queda. A convicção de ter

havido tiros para o tecto pela ocasião das invasões francesas perpassava por muitas mentes. Os destacamentos redondos existentes não eram mais do que o resultado da oxidação dos pregos do fasquio.

A fachada em granito do século XVI foi objecto de um diagnóstico que, com muito detalhe, caracterizou os materiais e as formas de desagregação. A degradação acelerada, no decurso dos últimos 25 anos, é atribuída à intervenção na Praça da República para substituição por granito do antigo pavimento em paralelo e calçada à portuguesa. O escoamento incorrecto das águas pluviais fez o seu trabalho.

A Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, com o seu retábulo maneirista

desmontado e muito degradado, estava em estado de abandono. O mesmo se poderá dizer do claustro e do retábulo em pedra de Ançã do Arcanjo S. Miguel.

A intervenção

Os trabalhos decorreram de Abril de 2011 a Dezembro de 2012, incidindo nas partes que necessitavam de uma acção urgente. Os diagnósticos serviram de base às operações de restauro que procuraram, sempre que possível, reconstituir a situação original.

As dificuldades obrigaram a decisões rápidas e de bom senso. O acompanhamento e a colaboração dados pela delegação da Secretaria de Estado da Cultura do Norte foram essenciais para os resultados obtidos.

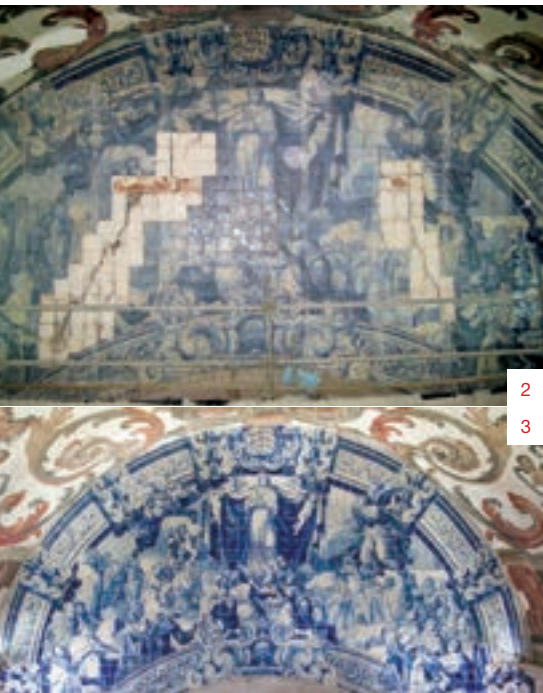


**A TRADIÇÃO DE
SABER FAZER**



Rua José Falcão, 124
4050-315 Porto Portugal
Telf: 22 589 86 30
Telm: 96 849 32 55
E-mail: geral@3m2p.pt





2 | Azulejos do arco cruzeiro antes da intervenção.

3 | Azulejos do arco cruzeiro após o restauro.

4 | Vista parcial da nave, tecto, coro alto e órgão ibérico.

O claustro de acesso à sacristia da igreja também foi objecto de reabilitação, sendo instalada uma nova iluminação. Os tectos foram refeitos com madeira de castanho e em estuque. A estátua de S. Miguel Arcanjo, em pedra de Ançã, também sofreu obras de restauro significativas, tendo sido refeita a moldura em pedra.

Especialização e resultados ao serviço de dinâmicas vivas

A coordenação, a elevada especialização, a sensibilidade dos actores, o entendimento, a confiança e o verdadeiro espírito de equipa foram factores fundamentais para tanto fazer em tão pouco tempo.

A abertura da Misericórdia à cidade, linha estratégica da actual gestão, terá como âncora as visitas à igreja, as exposições temporárias na galeria de arte e as exposições permanentes do espólio da SCMVC, muitas delas também necessitadas de restauro. Esta dinâmica de fruição da Misericórdia englobará ainda a realização de concertos, em colaboração com a Escola Profissional de Música e a Academia de Música de Viana do Castelo, sendo também utilizado o magnífico órgão ibérico recentemente restaurado.

O espaço será usado de uma forma viva atraindo os vianenses e os milhares de turistas que nos visitam. Note-se que em todos os guias é mencionada a Igreja da Misericórdia como uma jóia do barroco a não perder.

Como conclusão podemos afirmar que muito foi feito, mas muito há para fazer. Os recursos são escassos, mas com perseverança, confiança e entusiasmo conseguiremos ultrapassar as dificuldades ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

FICHA TÉCNICA

Arquitectura | Tiago Ferreira de Castro
Fiscalização | Engilima
Projecto Estrutural | Professor Aníbal Costa - FEUP
Estudo e Diagnóstico da Pedra | Professor Arlindo Begonha - FEUP | Anastácia Silva - FEUP
Intervenção na Pedra | CaCO3
Conservação e Restauro do Tecto | CRERE
Conservação e Restauro dos Azulejos | Susana Lainho
Restauro do Retábulo Maneirista | Filipe Freitas
Empreiteiro Geral | STAP

As deformações estruturais ao nível do arco cruzeiro e da cúpula exigiram uma cintagem da cúpula em alvenaria de granito, pelo interior. A cintagem foi realizada por um anel em cantoneira e oito tirantes em aço inoxidável A 316. A ancoragem às paredes laterais exteriores obrigou à realização de perfurações na pedra, cada uma com mais de três metros.

Antes, durante e após a intervenção, foi instalado equipamento de monitorização destinado a quantificar deslocações das estruturas em estudo. Todos os instrumentos de monitorização estavam ligados por cabo a um equipamento de aquisição e registo de dados que, por sua vez, os transmitia para a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) para análise.

A pintura de brutesco do tecto realizada por Manuel Gomes de Andrade, de Guimarães, foi aprovada em 1721 pela Mesa Administrativa e pelo projectista da Igreja, Manuel Pinto Villalobos. O pintor executou ainda as pinturas a imitar embutidos na pedra do abobadado do coro e na cúpula da capela-mor. Pensava-se que não restavam vestígios desta pintura excepto em documentos. Todavia, durante os trabalhos de colocação do reforço da cúpula foram descobertos dois fragmentos da pintura original por detrás da talha do altar-mor.

São pinturas de rara beleza, com ouro e cores muito semelhantes às existentes no tecto da nave. Abrangeria toda a cúpula, imprimindo ao espaço um efeito visual de grande beleza.

O trabalho de restauro dos azulejos, de grande complexidade, foi realizado ao longo de quase 12 meses, envolvendo uma equipa altamente motivada e conhecedora das técnicas de restauro e reabilitação. O resultado desta intervenção repôs o esplendor original.

Com uma caracterização muito detalhada das patologias da pedra, a intervenção na fachada obedeceu, na íntegra, à metodologia preconizada no relatório de diagnóstico. Realizada num período de grande afluência de visitantes a Viana do Castelo, foi necessário esconder os inestéticos andaimes na “sala de visitas” da cidade, mantendo a harmonia dada por este magnífico monumento, cobrindo-o com uma tela que o reproduzia.

O frontão da fachada é ladeado por duas esculturas em terracota de grande qualidade e detalhe, Nossa Senhora e S. João Evangelista. A primeira estava de tal modo danificada que é praticamente impossível a sua recuperação. Não havendo fotografias antigas de qualidade será colocada uma recriação. As réplicas em resina epoxídica realizadas por molde directo terão aspecto idêntico ao da terracota. A estátua de S. João será reparada e guardada num espaço museológico.

A capela de Nossa Senhora do Bom Despacho encontrava-se num estado de abandono total. O retábulo maneirista de talha dourada e policromada, com lacunas graves de material, havia sido desmontado. De referir a falta de três peças fundamentais, dois baixos-relevos da predela e a pintura central do ático. A capela foi restaurada, bem como o retábulo que reganhou a sua beleza.

MONUMENTA

Reabilitação do Edificado e Conservação do Património

A Monumenta é uma empresa vocacionada para a execução de intervenções no edificado antigo, e, em particular, no Património Arquitectónico. A sua vocação apoia-se no conhecimento das construções antigas e no domínio das tecnologias e materiais quer tradicionais, quer resultantes da inovação.

Tirando partido da experiência acumulada e das iniciativas de desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico que promove internamente, a Monumenta encontra-se apta a aplicar soluções técnicas pouco intrusivas, como:

- Limpeza e tratamento de superfícies de pedra;
- Consolidação de alvenarias antigas;
- Reforço de fundações;
- Execução de tirantes e pregagens para reforço estrutural;
- Protecção contra a humidade ascendente;
- Execução de reboco armado;
- Refechamento de juntas em paramentos de alvenaria de pedra;
- Reparação selectiva de estruturas de madeira;
- Reposicionamento e fixação de elementos em cantaria.

Legenda:

- 1 - Reabilitação estrutural e Conservação da Torre do Relógio de Monsaraz, Monsaraz.
- 2 - Montagem de um tirante num edifício pombalino.
- 3 - Restauro de cantarias em fachadas e arco da Torre de Almedina, Coimbra.
- 4 - Qualificação de operadores de soluções estruturais usando polímeros.



Monumenta - Reabilitação do Edificado e Conservação do Património

R. Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Dt.º 1050-170 Lisboa

Tel.: 213 593 361 Fax.: 213 153 659

monumenta@monumenta.pt

www.monumenta.pt

Misericórdia de Viana do Castelo

Conservação e restauro da pintura mural

Marta Castro | Mestre em Conservação e Restauro pelo Instituto Politécnico de Tomar. Exerce funções de conservadora restauradora na Crere, Lda.
info@crereportugal.com

Miguel Figueiredo | Engenheiro pela Universidade Técnica de Lisboa. Pós graduado pelo Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico (IPAH) e pela Universidade Católica Portuguesa. Desenvolve funções na Crere, Lda.
miguel@crereportugal.com

A igreja da Misericórdia de Viana do Castelo, classificada como Património Nacional desde 1910, possui pintura de brutesco atribuída a Manuel Gomes. Reveladora de enorme erudição, centra-se em quatro episódios da iconografia Mariana: A Fuga para o Egipto, Morte da Virgem, Assunção e Coroação de Nossa Senhora. A Crere foi a responsável pelo restauro da pintura mural e do suporte em estuque da abóbada da nave e lanternim da igreja.



pintura mural do teto da Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo, do primeiro quartel do século XVIII, segue os modelos da época. Foi decidida na reunião de Mesa de 4 de Setembro de 1721,

atribuindo-se o encargo a Manuel Gomes, pintor de Guimarães.

Trata-se de uma pintura onde claramente se evidencia a evolução do *brutesco* maneirista. O Concílio de Trento condena-o como decoração pura; estuque e pintura mural iniciam uma elaboração mais original, com o objectivo de fazer prevalecer o aspecto escultórico tridimensional. Na abóbada, dentro da arquitectura formulada por uma balaustrada suportada por mísulas, desenvolve-se um efeito aéreo e sobrenatural que simula um arco celeste. Folhagem de acantos e putis emolduram as cartelas que na Misericórdia de Viana já evoluíram para formas mais robustas, constituindo-se como emolduramentos de cena historiada de temática mariana: Fuga para o Egipto, Dormição, Assunção e Coroação da Virgem.

A intervenção técnica: levantamento de patologias

Nave - Suporte

- Degradação do suporte – reboco e fasquio; fissuras profundas e extensas.
- Perda de adesão entre fasquio e argamassa, resultando no elevado risco de destacamento da mesma (bolsas).

- Lacunas de fasquios.
- Oxidação dos elementos metálicos.
- Presença de sais solúveis.
- Destacamentos e lacunas de material mineral.
- Presença de massas de qualidade incompatível com a estrutura original (argamassas à base de sulfato de gesso).

Nave - Camada pictórica

- Sujidade relacionada com a combustão de velas no interior do espaço.
- Destacamento e lacunas de policromia.
- Contaminação com sais.
- Repintura generalizada; constatou-se a existência, em grande escala, de intervenções anteriores, nomeadamente repinturas sobre o original e purpurinas sobre a folha de ouro.

Metodologia de intervenção

Nave - Suporte

- Desinfestação de madeiras de fasquio.
- Consolidação das madeiras de fasquio.
- Reposição de fasquios.
- *Facing* de protecção sobre bolsas e suporte em destacamento.
- Nas zonas onde a superfície apresentava formação de bolsa muito instável, propôs-





2 3

1 | Aspecto final da nave após a intervenção.

2 | Duplicação cromática.

3 | Aspecto final da "Coroação da Virgem". Pormenor.

-se o faceamento dos fragmentos que foram cuidadosamente destacados. Posterior regularização / estabilização do suporte e recolocação do material removido.

A consolidação e colagem fez-se por intervenção de pastas de hidróxido de cálcio natural, PLM AL e ainda PRIMAL B60.

- Remoção de argamassas incompatíveis.
- Consolidação de bolsas, fissuras e fendas com injeções de PLM AL e de PRIMAL B60.
- Consolidações, preenchimento de lacunas volumétricas e reintegração de salvados com argamassa tradicional compatível com a original (pasta de cal natural – hidróxido de cálcio natural – e inertes siliciosos ao traço 1:3).
- Tratamento de elementos metálicos.
- Dessalinização pontual (apenas nas zonas onde a cristalização de sais sobre a superfície era evidente).

Superfície policromada

- Limpeza mecânica, a seco.
- Fixação e consolidação da policromia com adesivo polivinílico (PRIMAL E 330 S®).
- Consolidação da policromia pulverulenta com adesivo polivinílico (PRIMAL E 330 S®).
- Limpeza química das camadas cromáticas.
- Remoção mecânica e química de purpurinas.
- Limpeza química da folha de ouro com gel de limpeza (Sapone resinoso Aba-Tea).
- Regularização de lacunas superficiais através da aplicação de argamassa de cal à base de pasta de cal natural (hidróxido de cálcio natural) e areia sílica fina (traço 1:3).
- Reintegração cromática mimética e diferenciada.
- Duplicação cromática com base nos registos históricos existentes. Zonas figurativas não foram reintegradas, sendo assumidas como um neutro.
- Reconstituição de douramentos dos arcos / nervura com folha de ouro de lei de 22 kt.
- Abertura de janelas e remoção de repintes ■

CRERE

CREREPORTUGAL.COM



CONSERVAÇÃO E
RESTAURO DO PATRIMÓNIO

CRERE

CREREPORTUGAL.COM



LOJA DO MUSEU DO ESTUQUE
ESTUQUES ARTÍSTICOS

Rua Henrique Moreira, 49, 4150 - 397 Porto Portugal
Loja - CCBombarda, Loja 6, Rua Miguel Bombarda 285. 4050 - 381 Porto
00351 226 164 527 / 00351 914 161 399 / 00351 919 623 922

Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo

Estudo diagnóstico do granito da fachada principal

Anastácia Silva | Mestre em Engenharia Civil – Opção de Materiais e Processos de Construção
Arlindo Begonha | Professor Auxiliar da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

A obra de edificação do Hospital das Chagas da Misericórdia de Viana da Foz do Lima iniciou-se em 1585, com a abertura das fundações, e concluiu-se em 1594.

Perante um Património desta relevância, a intervenção de diagnóstico descrita neste artigo concretiza um estudo rigoroso ao serviço de uma reabilitação adaptativa, com a fundamental realização de visitas e levantamento exaustivo do estado de deterioração do monumento.



O monumento, de estilo claramente maneirista, divide-se em três registos com uma *loggia* no rés-do-chão e duas outras no primeiro e segundo andares, que funcionam como varandas rasgadas em toda a largura do edifício (fig. 1).

A *loggia* do rés-do-chão é dotada de cinco arcos que assentam sobre colunas jónicas sem grande decoração. As impostas dos arcos são decoradas com bustos masculinos de turbante. Na *loggia* do primeiro andar, as pilastras encerram figuras representativas de Hermes. Na zona inferior dos fustes, salientam-se bustos esculpidos em alto-relevo com figuras vestidas à época. Um brasão heráldico da Santa Casa foi inserido no friso que separa as *loggias* do rés-do-chão e do primeiro andar.

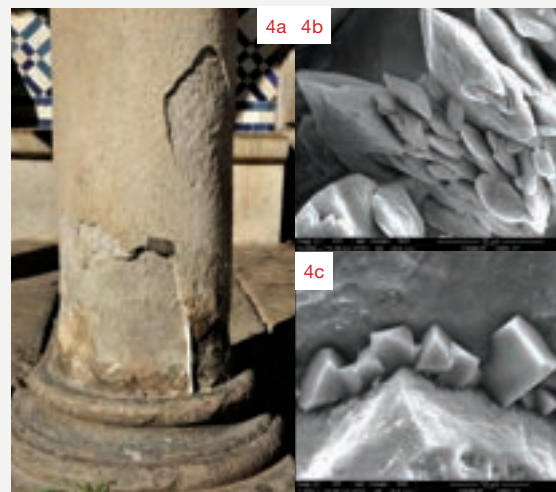
Na terceira *loggia*, as seis colunas são decoradas com Cariátides, bustos de figuras da nobreza trajados de acordo com os costumes da época e mascarões.

O frontispício é rematado por um frontão triangular com uma representação solar de feições antropomórficas, sendo encimado por uma imagem de Cristo crucificado e pelas figuras em terracota da Virgem e de São João.

O hospital da Misericórdia encontrava-se em mau estado de conservação em 2011. A velocidade com que a deterioração e perda de material pétreo dos elementos decorativos da *loggia* do rés-do-chão estão a ocorrer, ficou bem patente através de fotografias obtidas por Silva (2012) e Oliveira (2002).

O monumento apresenta predominantemente um granito de grão fino moscovítico, cinzento muito claro, não orientado, constituído por quartzo, feldspato potássico, plagioclase sódica, moscovite e rara biotite. Como minerais acessórios identificaram-se a turmalina, sob a forma de cristais não orientados, por vezes de dimensão superior à das dos restantes minerais, o zircão e a apatite. Em determinadas pedras, observa-se a presença de encraves de cor negra ou cinzenta escura, constituídos essencialmente por minerais ferromagnesianos.

1 | Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo.



Deteriorações do granito

Na fachada, observavam-se diferentes formas de deterioração da pedra e situações a corrigir, designadamente:

- Desagregação granular: deterioração de elevada expressão, surgindo sobretudo nos arcos e bustos da *loggia* do rés-do-chão (fig. 2a), nos frisos sob as cornijas da fachada e em algumas cariátides da *loggia* do segundo andar;
- Colonização biológica: predominante sob a forma de líquenes (fig. 3), algas e fungos que cobrem toda a fachada, excluindo as zonas afectadas por desagregação granular. Pontualmente, surgem plantas superiores;
- Crostas negras: observadas em locais protegidos, nomeadamente sob as cornijas e nos pontos protegidos do frontão e do escudo heráldico;
- Placas: com forte expressão nas colunas da *loggia* do rés-do-chão (fig. 4), algumas pedras do motivo almofadado, ao nível do rés-do-chão, e no frontão;
- Plaquetas: surgem predominantemente nos três frisos da fachada;
- Filmes escuros: observados ao nível do rés-do-chão;
- Eflorescências: em quantidade pouco significativa nas superfícies inferiores das cornijas, emoldurando superfícies negras, e em alguns pontos das superfícies superiores ou verticais das cornijas;
- Depósitos de guano: nos locais de paragem de pombos, nomeadamente sobre as cornijas e algumas estátuas de Hermes;
- Fissuras e duas fendas associadas a assentamentos;
- Elementos metálicos não funcionais, principalmente pregos;
- Juntas fechadas, abertas e alternadamente fechadas e abertas;
- Lacunas: surgindo pontualmente na fachada, associadas a material perdido por efeito da desagregação granular, oxidação de peças metálicas ou a acidentes; e
- Lacunas preenchidas com argamassas: geralmente de cimento e muitas vezes para reposição de volumes onde placas se destacaram.

Foi realizada a cartografia pormenorizada das litologias e das deteriorações na fachada, incluindo os alçados interiores das *loggias*, utilizando como suporte um levantamento realizado por *laserscanning* à escala 1:50, a partir da qual, e usando o *software* AutoCAD 2010, se calcularam as áreas.

A figura 5a representa as zonas afectadas por desagregação granular, apenas se indicando as superfícies que, pela sua forte intensidade, deverão ser consolidadas, e as revestidas por crostas negras. A fig. 5b apresenta as áreas com colonização biológica.

Com o objectivo de identificar os minerais constituintes do granito de grão fino do monumento e os minerais de sais solúveis presentes nas deteriorações da pedra,

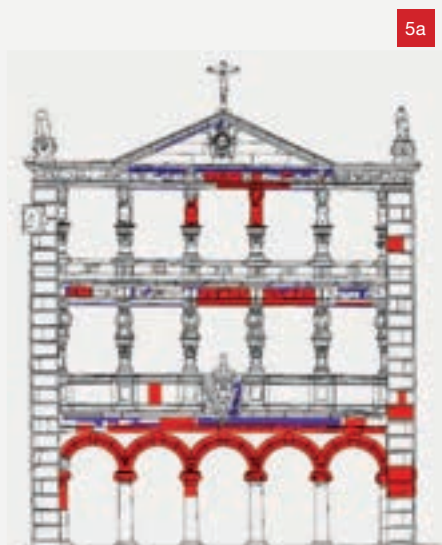
utilizaram-se as técnicas de difracção dos raios X (DRX) e de microscopia electrónica de varrimento (MEV). Para tal, foram recolhidas 54 amostras das diferentes deteriorações e dois tarolos de granito meteorizado, com e sem deterioração, que deram origem a seis provetes cilíndricos e a duas amostras de granito.

2 | Aspecto da desagregação granular e imagens da halite e gesso, obtidas por MEV | a) Capitel do rés-do-chão; b) Halite; c) Gesso.

3 | Colonização líquénica numa cariátide.

4 | Aspecto de placas e imagens da halite e gesso obtidas por MEV | a) Coluna da *loggia* do rés-do-chão; b) Gesso; c) Halite.

5 | a) Cartografia da desagregação granular e crostas negras; b) Cartografia da colonização biológica.



Desagregação granular
Crostas negras



Líquenes, fungos e algas
Plantas superiores

Quadro 1. Minerais de sais solúveis identificados por MEV

DETERIORAÇÃO	Minerais de sais solúveis
DESAGREGAÇÃO GRANULAR	Halite + gesso + nitratite
	Halite + gesso ± oxalato de cálcio
PLACAS	Gesso + oxalato de cálcio
	Halite + gesso + oxalato de cálcio + brushite
PLAQUETAS	Gesso + oxalato de cálcio
	Gesso
CROSTAS NEGRAS	Gesso
	Gesso + halite
	Gesso + halite + calcite
MATERIAL PULVERULENTO SOB CROSTA NEGRA	Gesso
EFLORESCÊNCIAS PULVERULENTAS	Gesso + brushite + calcite
	Brushite + gesso + oxalato de cálcio
FILME CASTANHO CLARO	-
FILME CASTANHO ESCURO	Oxalato de cálcio

A análise por DRX (ensaios executados no Departamento de Ciências da Terra da Universidade do Minho) veio corroborar a composição mineralógica do granito e mostrar que as amostras de granito meteorizado, com ou sem deterioração, contêm pequena percentagem média dos minerais secundários caulinite e gibsita.

A observação de várias amostras por MEV no Centro de Materiais da Universidade do Porto permitiu identificar diferentes minerais de sais solúveis, sendo os mais abundantes a halite e o gesso. O Quadro 1 apresenta os sais observados nas amostras de deteriorações da fachada.

As figuras 2b, 2c, 4b e 4c apresentam imagens da halite e do gesso em amostras de desagregação granular e de placas.

Ensaio petrofísicos

Com o intuito de caracterizar petrofisicamente o granito em amostras meteorizadas, com ou sem deterioração, determinaram-se a porosidade livre às 48 horas (N_{48}), a densidade aparente (d) e realizaram-se ensaios com o porosímetro de mercúrio, absorção de água por capilaridade e evaporação.

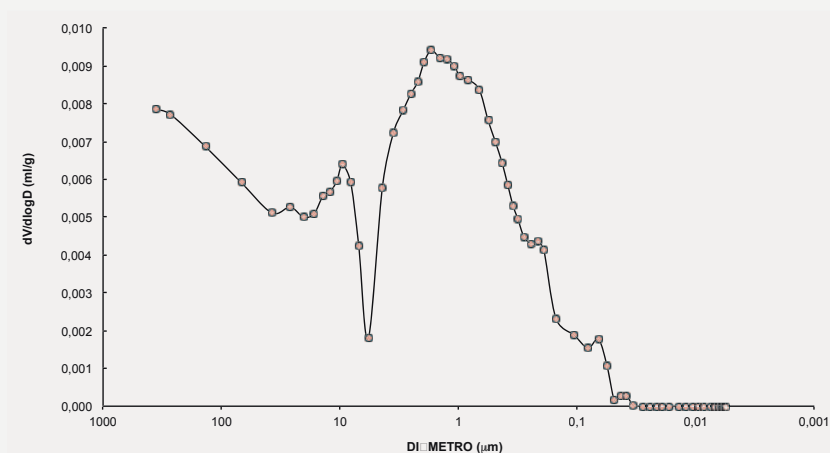
As pedras meteorizadas, não deterioradas, revelam valores de N_{48} inferiores e valores de d superiores aos das pedras afectadas por desagregação granular.

“
O hospital da
Misericórdia
encontrava-se em
mau estado de
conservação em 2011.
A velocidade com que
a deterioração e perda
de material pétreo dos
elementos decorativos
da *loggia* do rés-do-
-chão estão a ocorrer,
ficou bem visível
através de fotografias
obtidas por Silva (2012)
e Oliveira (2002).
”

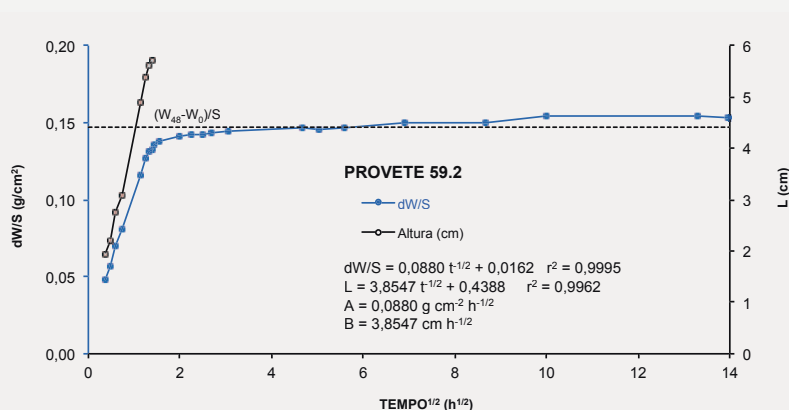
O ensaio com o porosímetro de mercúrio mostrou que as pedras afectadas por desagregação granular e placas revelam um aumento da porosidade e da largura das fissuras que se traduz numa diminuição da microporosidade relativamente à porosidade total, comparativamente às pedras meteorizadas, não deterioradas (fig. 6a). As pedras com desagregação granular muito intensa têm uma porosidade, pelo menos, 4,5 vezes superior à porosidade das pedras não deterioradas. A oxidação de peças metálicas cravadas em diversas pedras contribuiu para o aumento da porosidade e deverá ter conduzido ao aparecimento de uma nova família de fissuras de largura muito superior à das famílias resultantes da desagregação granular e placas.

O coeficiente de capilaridade A (aumento de peso por unidade de superfície e unidade de raiz quadrada do tempo) é semelhante, mas ligeiramente superior, na pedra de granito meteorizado afectado por desagregação granular relativamente à pedra meteorizada não deteriorada. O coeficiente de capilaridade B (ascensão da franja capilar por unidade de raiz quadrada do tempo) é muito elevado nos provetes das duas pedras, pelo que a ascensão da franja capilar é muito rápida, sendo um pouco mais elevado na pedra meteorizada, não deteriorada (fig. 6b).

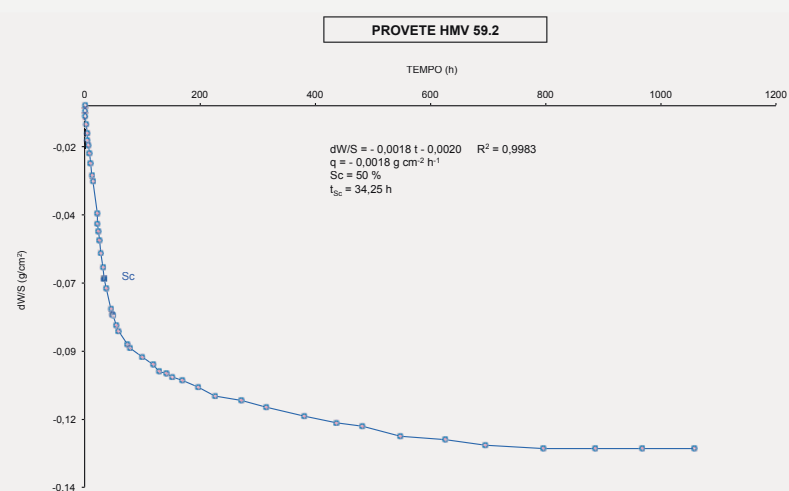
No ensaio de evaporação (fig. 6c), os provetes foram envoltos por uma película aderente de polietileno, ficando apenas com



6a



6b



6c

6 | Resultados de ensaios petrofísicos.

a) Famílias principais de fissuras obtidas com o porosímetro de mercúrio na placa HMV 41; b) Curvas de absorção de água por capilaridade no provete HMV 59.2; c) Curva de evaporação do provete HMV 59.2.

uma face livre para ocorrer a evaporação. Este ensaio ocorreu sob temperatura (20°C) e humidade relativa (75%) constantes. As pedras meteorizadas com ou sem desagregação granular apresentam um fluxo de evaporação de vapor de água alto e muito semelhante. Todavia, a saturação crítica é atingida mais rapidamente nas pedras sem deterioração, ou seja, o ponto a partir do qual a evaporação deixa de se realizar à superfície dos provetes, passando a ser efectuada pelo seu interior, ocorre em primeiro lugar nestas pedras. Por outro lado, as pedras sem deterioração revelam uma saturação crítica superior às afectadas por desagregação granular. Uma saturação crítica elevada significa que a quantidade de vapor de água a evaporar na rede porosa das pedras é maior do que a que evapora pela superfície, sendo, por isso, a situação mais prejudicial para a pedra, uma vez que existe maior quantidade de solução salina no interior das mesmas.

Conclusão

As intervenções no património construído devem ser precedidas de um estudo diagnóstico que deve promover uma reabilitação adaptativa. Para além de uma pesquisa histórica e de recolha de informação escrita e desenhada, é fundamental a realização de visitas ao edifício e proceder ao levantamento exaustivo do seu estado de deterioração através de registo fotográfico e mapeamentos. O trabalho torna-se devidamente rigoroso, permitindo estabelecer os mecanismos de decaimento e sustentar acções de intervenção sobre o edifício, quando se procede a sondagens, à realização de ensaios e a análises mineralógicas que caracterizam os materiais ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

BIBLIOGRAFIA

Oliveira, C. (2002) – *A arquitectura de granito em Viana da Foz do Lima. Renascimento e Maneirismo no Noroeste Português*. Tese de Mestrado. Universidade de Lisboa. Vol. I, 158 pp. Anexos, Vol. II, 75 pp.

Silva, A. (2012) – *Estudo diagnóstico, cartografia e proposta de tratamento das deteriorações do granito do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, 326 pp.

Capela da Misericórdia de Arouca

Projecto de conservação e restauro

Manuela Gonçalves | Gestora da Santa Casa da Misericórdia de Arouca

Mandada erigir pelos devotos, em 1612, conforme se infere da inscrição existente no friso do portal, a Capela da Misericórdia mantém a estrutura original seiscentista, muito embora tenha sofrido algumas alterações no decurso dos tempos. Foi considerado imóvel de interesse público e, após o trabalho de restauro, transformada em Núcleo Museológico.

Situada no centro histórico da vila, defronte ao Mosteiro de Santa Maria de Arouca, a Capela da Misericórdia é um edifício de arquitectura religiosa de traça maneirista, correspondente a um ciclo construtivo que proliferou na segunda metade do século XVI e primeira do século XVII.

De pequenas dimensões, segue o esquema tradicional de corpo único de planta longitudinal, à qual acresce, adossada ao lado direito, a sacristia, sobreposta pela casa do despacho, espaço de reunião e decisão da Mesa Administrativa e da Irmandade, edificadas no século XVIII. Ao lado direito da frontaria, foi erigida no século XIX uma torre sineira paralelepípedica à fachada, apresentando as pilastras dos respectivos cunhais independentes.

O portal é de composição simples, de duas pilastras sem capitéis, levantadas em pedestais, com entablamento imperfeito a enquadrar o vão, um arco, moldurado e sem impostas. No friso foi inscrito “DEVOTI FECERE – AN – 1612”. Os cunhais da mesma frontaria e linha da empena, com duas cruzes sobre os postigos, e ainda o brasão nacional do alto pertencem ao século XVIII.

No interior da nave existem o retábulo do altar-mor, um altar lateral do lado esquerdo – Retábulo do Senhor dos Passos, púlpito, tribuna dos Mesários e porta da sacristia do lado direito, sendo o tecto de forma trapezoidal em peça única e constituído por quarenta e cinco caixotões de madeira policromada, com painéis pintados com iconografia religiosa. Todos os paramentos da nave são revestidos com azulejaria de padronagem do século XVII, onde se individualiza um conjunto de doze painéis





3 4



5

hagiográficos com representações dos apóstolos. No remate do revestimento azulejar existe um friso esgrafitado, técnica de decoração renascentista, utilizada nos séculos XVI e XVII, que evidencia uma elevada qualidade técnica e temática, trabalhado a partir da repetição sequencial de um modelo vegetalista.

O retábulo do altar-mor, dos começos do século XVII, segue orientações da época anterior, tendo sido alterado lateralmente. Compõe-se de dois andares formados por colunas coríntias, decoradas. O primeiro alberga três pinturas com temas marianos: a Visitação, a Anunciação e a Creche (nascimento de Jesus), e dois nichos com estatuária (uma Senhora das Dores e um Senhor da Cana Verde). O segundo, com cinco pinturas, a Virgem com S. João, Santo António, S. Francisco e duas com temas da Paixão de Cristo, e um crucifixo.

A riqueza da capela centra-se no enorme programa iconográfico do tecto pintado no século XVIII. As figuras representam Apóstolos, Evangelistas, temática do Nascimento, Vida e Paixão de Cristo e temática Mariana.

Face às suas características arquitectónicas foi considerado imóvel de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 42255, de 8 de Maio de 1959.

Recuperação e restauro

A recuperação da Capela da Misericórdia de Arouca era um assunto que se vinha a arrastar desde o início da década de 90.

Em 1995, a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais inicia o processo para futura intervenção, que passou para a responsabilidade do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). Em 2001, iniciou-se a elaboração do Estudo Prévio de Arquitectura e Engenharia de Estruturas e do Projecto de Execução para recuperação do edifício. O primeiro foi elaborado pelo arquitecto Abílio Mourão e professor engenheiro Paulo Lourenço, sendo o projecto de restauro da responsabilidade da Dr.ª Florbela Pereira e da Dr.ª Teresa Cardoso.

O estado de degradação da capela evidenciava-se por patologias que se

concentravam, na parede de separação entre a sacristia e a nave, na fachada principal e por alguma precariedade em termos estruturais no que respeita ao aprumo, resistência e até segurança da estrutura, verificando-se grandes empenos, fendas com espessura significativa e destacamento parcial dos azulejos. Estas patologias resultaram de uma conjugação de factores tais como uma acção sísmica antiga, acções gravíticas, abertura e tamponamento de vãos, deficientes fundações, abertura de caboucos no terreno para drenagens ou enterramentos.

No interior, o tecto evidenciava, a nível do suporte, grande número de fissuras, lacunas volumétricas, juntas abertas, elementos em falta e desalinhamentos. A superfície pictórica apresentava acumulação de sujidade, lacunas pontuais e manchas provocadas pela presença e escorrência de água. O revestimento azulejar apresentava sujidade acumulada, existindo, pontualmente, elementos com lacunas de vidrado e com fracturas. Verificava-se ainda, em algumas zonas, desrespeito e adulteração do padrão pela recolocação aleatória de unidades caídas e lacunas de unidades, com falha sistematizada de azulejos nos remates superiores e inferiores dos parâmetros e adulteração sistematizada das zonas de friso e cercadura.

Quanto ao retábulo-mor, com talha policromada enquadrando pinturas sobre madeira, pode estilisticamente inscrever-se no período maneirista, embora repintes posteriores, amputações várias e acrescentos de nichos para a colocação de esculturas (executados possivelmente ao longo dos finais do séculos XVIII e XIX), em muito terão contribuído para a alteração do seu aspecto inicial. É inclusive perceptível a presença de pinturas semi-ocultas por estes acrescentos posteriores. O estado de conservação do conjunto era mau, apresentando a estrutura retabular, a nível do suporte, desaprumos, vestígios de ataque de insecto xilófago, lacunas, elementos de talha em falta, fendas e juntas abertas. A superfície da talha evidenciava uma grande acumulação de sujidade, destacamentos e lacunas nas camadas de revestimento douradas e policromadas. As pinturas sobre madeira apresentavam-se muito escurecidas devido à acumulação de sujidade, a depósito do fumo das velas e possivelmente a

1 | Retábulo do Senhor dos Passos.

2 | Capela da Misericórdia de Arouca (fachada principal).

3 | Retábulo do altar-mor e vista parcial da nave.

4 | Casa do Despacho, actual Núcleo Museológico.

5 | Pormenor do tecto da nave.

uma alteração da camada de verniz. As quatro esculturas policromadas, integradas nos nichos e no interior da mesa de altar envidraçada, evidenciavam, de uma forma geral, acumulação de sujidade, presença de camadas de verniz, repintes, vestígios pontuais de ataque de insecto xilófago e lacunas a nível do suporte e da superfície pictórica. Estas patologias eram comuns ao retábulo e escultura em madeira do Senhor dos Passos.

Neste sentido, para além dos trabalhos de construção civil para recuperação do interior e exterior da capela, que incluíram o reforço da parede de meação entre a sacristia e a capela, com recurso a injeções e a pregagem da fachada principal às paredes longitudinais, foram desenvolvidos trabalhos de conservação e restauro em talhas, pinturas em granito e em madeira, estatuária e azulejos.

O excelente trabalho de restauro desenvolvido permitiu transformar a Capela da Misericórdia num Núcleo Museológico, aberto ao público em Dezembro de 2008, onde se encontra exposto todo o acervo patrimonial da Irmandade, integrando obras de pintura, escultura, alfaia litúrgica e paramentaria que abarcam os períodos artísticos, desde o século XVII ao XIX, como testemunho revelador da história, memória e identidade da Santa Casa da Misericórdia de Arouca ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

FICHA TÉCNICA

Construção civil | Augusto Oliveira Ferreira & C.ª, Lda. – Eng.º Filipe Ferreira
Restauro do tecto, retábulo mor e retábulo do Senhor dos Passos | Arte e Talha, Lda. – Dr. António Borges Pereira
Restauro do revestimento azulejar | Consertarte, Lda. – Dr. Luís Pinto da Silva
Restauro de pintura sobre granito e do friso esgrafitado | Dra. Ana Sofia Lopes
Restauro do arcaz da sacristia | Detalhe, Lda. – Dr. Pedro Martins dos Santos



Defesa e salvaguarda do Património cultural das Misericórdias

Especificidades da Conservação e Restauro

Carlos José Abreu da Silva Costa | Conservador-restaurador pela Universidade Nova de Lisboa, sócio-gerente do Atelier Samthiago – Conservação e Restauro
ccosta@samthiago.com

Centrando a sua atividade em áreas como a saúde, envelhecimento, infância e combate à pobreza, as Misericórdias possuem um importante legado cultural e patrimonial em Portugal, erigido durante mais de cinco séculos de História; é precisamente na defesa e salvaguarda deste legado que assenta uma das prioridades de atuação.

Assentes num programa de ação diretamente vocacionado para o espírito solidário, associado a uma formação de base cristã, as Misericórdias encerram um vasto conjunto patrimonial de elevado interesse, grande parte diretamente relacionado com o culto e a prática religiosa.

O património cultural e a importância da sua preservação para usufruto das gerações vindouras são considerados hoje pelas Misericórdias um dos pilares fundamentais, tendo merecido ao longo dos últimos anos particular atenção, sobretudo desde 1997, após a criação da sua Comissão do Património Cultural. Este vasto património abrange diversas tipologias (religioso, hospitalar, farmacêutico e de arquivo, por exemplo), apresentando-se o religioso como um dos mais significativos, sobretudo do ponto de vista histórico e, especialmente, artístico.

“

Para além das valias históricas e artísticas, existem valores de lugar, uso e função que diretamente se correlacionam. Nesses casos, os critérios de intervenção poderão e deverão ir para além da simples aplicação do princípio de intervenção mínima. É precisamente a este nível que a decisão de intervir e, sobretudo, de como intervir, assume especial importância e dificuldade.

”

As diversas manifestações tangíveis do património cultural, sejam bens imóveis, móveis ou integrados, representam primordial importância na abordagem ao Património das Misericórdias e todas elas assumem particular relevância quando associadas ao culto: igrejas, capelas, cruzeiros, alminhas (enquanto monumentos ou imóveis); esculturas, pinturas, alfaia e ourivesaria, por exemplo, inseridas na categoria de bens móveis; estruturas retabulares e revestimentos azulejares, entre outros, classificados como bens integrados, no caso, em bens imóveis. As Misericórdias sempre tiveram a capacidade de gerir e salvaguardar este Património: mais nenhuma outra instituição possui a este nível tão completo, vasto e preservado arquivo e registo histórico; é difícil encontrar uma Misericórdia portuguesa que não detenha todos os registos, anotações e contratos relativos a uma determinada empreitada ou

encomenda. Aqui, tal como na preservação do seu legado, as Misericórdias assumem primordial importância, exemplo para outras organizações de tutela e com responsabilidade ao nível da gestão patrimonial; o carácter humano e a eficácia prestada ao longo dos tempos por estas instituições conferiram-lhes, também ao nível da gestão patrimonial, elevado prestígio e reconhecimento.

Das 14 obras de Misericórdia, sete estão diretamente relacionadas com a prática da espiritualidade e o Património existente está ao serviço do culto, possuindo particularidades associadas diretamente à celebração e ao sentido religioso. Este Património constitui-se como um meio privilegiado de manifestação e aplicação da doutrina religiosa das Misericórdias e, também por esse motivo, a sua conservação e o seu restauro possuem especificidades e particularidades que deverão ser tomadas em consideração aquando de uma intervenção.

A Conservação e o Restauro de bens ao serviço do culto

Atualmente, as disciplinas da Conservação e do Restauro assentam em princípios de intervenção mínima, onde a conservação dos objetos assume particular relevância; nenhuma intervenção deverá ser regida por mimetismos que possam levar o observador ao engano. O respeito pela história do objeto, pela sua valia histórica e valorização do seu aspeto original, deverão sempre ser assumidos como fundamentos prioritários, caso contrário estaremos a privar os vindouros da fruição e uso pleno destes objetos.

Correndo o risco de, tal como noutros tempos, estarmos perante uma tendência, deveremos ter presente que, para além das valias históricas e artísticas, existem valores de lugar, uso e função que diretamente se correlacionam. Nesses casos, os critérios de intervenção poderão e deverão ir para além da simples aplicação do princípio de

intervenção mínima; é precisamente a este nível que a decisão de intervir e sobretudo de como intervir, assume especial importância e dificuldade. Nem todas as oficinas e técnicos atualmente a operar no mercado são devidamente credenciados e idóneos nestas práticas; a conservação e restauro deverá ser confiada apenas a pessoal qualificado (conservador-restaurador, com formação superior de cinco anos em Conservação e Restauro) e provido, para além de destreza manual, de capacidade crítica e intelectual; só empresas dotadas com os referidos quadros técnicos e experientes no mercado (com anos de trabalho, obra feita e trabalhos de referência), poderão garantir intervenções adequadas, coerentes e assentes em critérios objetivos e ponderados, de lógica e base normativa. A “assinatura” da intervenção, apesar de literalmente omissa, deverá ser facilmente identificada; só assim será possível demarcar o trigo do joio no que toca a agentes e empresas de Conservação e Restauro, salvaguardando a integridade de todas as intervenções, num futuro a curto-médio prazo.



4
5

1 e 2 | Vista geral sobre a capela-mor da Igreja da Misericórdia de Fornos de Algodres e pormenor do sacrário (intervenção realizada pela Samthiago, em 2012). Nas Misericórdias, o património religioso apresenta-se como um dos mais significativos, possuindo em si especificidades e particularidades diretamente relacionadas com a celebração e o culto.

3 | Retábulo da Adoração dos Pastores, incluindo pintura de Cornelis De Beer (1632), da Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo (intervenção realizada pela Samthiago, em 2008).

4 | Tratamento de revestimento azulejar (de padrão vegetalista relevado, da Fábrica de Massarelos – Porto) da Igreja da Misericórdia de Fornos de Algodres (intervenção realizada pela Samthiago, em 2012). O respeito pela história do objeto, pela sua valia histórica e valorização do seu aspeto original, deverão sempre ser assumidos como fundamentos prioritários, numa intervenção de conservação e restauro.

5 | Diagnóstico por luz transmitida, de pintura sobre tela proveniente da Igreja da Misericórdia de Atouguia da Baleia (intervenção realizada pela Samthiago, em 2009).

“

A Conservação e o Restauro do Património cultural das Misericórdias, sobretudo aquele que está associado à celebração religiosa, deverá ter sempre presente a transmissão e a perceção de que o que observamos reflita algo do seu aspeto e significado original, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista imaterial, assumindo sempre as alterações causadas pela passagem do tempo.

”



6



7

no que se refere à sua estrutura e aspeto, mas também no que concerne aos conceitos imateriais que lhe estão associados, no caso, os de culto: o tratamento de um objeto de culto, inserido no seu enquadramento e função originais, nunca poderá passar pela aplicação isolada dos pressupostos teóricos que esse mesmo objeto teria, caso tivesse deslocado do seu contexto original (num museu, por exemplo). No tratamento de conservação e restauro deste tipo de obras, os fatores diferenciadores de função e lugar deverão estar fortemente vinculados nos critérios de intervenção, nunca colocando obviamente em causa a salvaguarda do seu potencial histórico: conceito de dualidade funcional (obra de arte vs peça ao culto, no caso). Caso alguma das referidas valias se apresente omissa, poderemos estar a inibir a fruição presente e futura do referido Património, minimizando, assim, o seu significado e função primordiais: objeto transmissor de uma mensagem, contemplação, interiorização, evangelização e culto.

Não será possível apreender a verdadeira essência de alguns objetos patrimoniais se estes, inseridos no seu contexto original, se apresentarem desprovidos de função. Exemplificando: do mesmo modo que um instrumento musical restaurado que não possa ser tocado não nos irá transmitir a sua valia funcional, assim também, se utilizada na celebração do culto uma escultura ou uma pintura mutilada ou com a diferenciação

6 e 7 | *Santana (madeira policromada) e Nicodemus (escultura em pedra atribuída à escola de João de Ruão, séc. XVI) pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Álvaro (intervenção realizada pela Samthiago, em 2008). Nos critérios de intervenção de um objeto de culto, os fatores diferenciadores de função e lugar deverão ser fortemente respeitados.*

do restauro tão fortemente vinculada que consiga assumir um maior protagonismo que o próprio objeto como um todo, perderá toda a sua valia funcional.

A Conservação e o Restauro do Património cultural das Misericórdias, sobretudo aquele que está associado à celebração religiosa, deverá ter sempre presente a transmissão e a perceção de que o que observamos reflita algo do seu aspeto e significado original, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista imaterial, assumindo sempre as alterações causadas pela passagem do tempo. Também as Misericórdias, imbuídas do espírito de responsabilidade que sempre as caracterizou, estão hoje cientes da necessidade de ajustar os procedimentos da Conservação e Restauro às práticas e normas atualmente vigentes. Nunca descurando a figura do conservador-restaurador enquanto parte integrante do processo de decisão, deverão sempre colocar como central a idoneidade e integridade das metodologias e do tipo de intervenção a realizar ■

Atualmente a Conservação e Restauro encontra-se devidamente regulamentada e disciplinada; só assim é possível garantir intervenções adequadas, coerentes e assentes em critérios objetivos e ponderados, de lógica e base normativa.

Serão pois estas bases normativas e sentido crítico que permitirão, por exemplo, a conservação e o restauro de um objeto com função cultural (seja ele um retábulo, uma escultura, um revestimento azulejar ou uma pintura), devolvendo a sua dignidade original

O Anuário do Património 2013, editado pelo GECORPA - Grémio do Património (www.gecorpa.pt) e pelo Canto Redondo (www.cantoredondo.eu), pretende compilar e divulgar as empresas, instituições públicas e privadas, ONGs e profissionais liberais que trabalham na área da conservação do Património e reabilitação do edificado, organizadas pelo Directório do Património.

Contacte-nos, indicando a sua área de actividade, e enviar-lhe-emos o respectivo formulário de inscrição. Consulte o índice do Directório do Património em www.anuariodopatrimonio.com.

DIRECTÓRIO DO PATRIMÓNIO

CONSTRUINDO
UMA PUBLICAÇÃO
CADA VEZ MAIS ÚTIL
PARTICIPE!

INSCRIÇÕES ABERTAS!

Inclusão nominal gratuita

Restauro de bens imóveis histórico-artísticos	Reabilitação e conservação de edifícios e outras construções	Conservação do Património integrado e móvel	Projecto, fiscalização e consultoria	Levantamentos, inspecções, ensaios	Arqueologia	Produtos e equipamentos	Reabilitação energética	Fotografia
Gestão cultural e patrimonial	Rotas e itinerários	Formação	Centros de investigação	Associações de defesa do Património, empresariais e profissionais	Fundações	Profissionais liberais*	Organismos públicos	Não encontra a sua actividade em nenhuma das opções apresentadas, sugira novas categorias!

* Inscrição nominal não aplicável.

ANUÁRIO DO PATRIMÓNIO
www.anuariodopatrimonio.com
conservacao@anuariodopatrimonio.com
T. +351 218 852 035

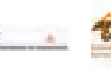
CANTO REDONDO - Edição e Produção
www.cantoredondo.eu
geral@cantoredondo.eu
T. +351 218 852 035

GECORPA - Grémio do Património
www.gecorpa.pt
info@gecorpa.pt
T. +351 213 542 336

UMA EDIÇÃO



APOIOS INSTITUCIONAIS



A importância do diagnóstico na intervenção

O Museu de São Roque como estudo de caso

João Pires | Engenheiro Civil, Oz, Lda.

Na fase inicial da remodelação do Museu de São Roque surgiram vários entraves que levaram à paragem temporária dos trabalhos. Obstáculo maior era a ausência de informação actualizada sobre as características construtivas e estruturais do edifício e o seu estado de conservação, conhecimento necessário para a definição das medidas correctivas a implementar. Por conseguinte, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa adjudicou à Oz o estudo de levantamento e caracterização estrutural e construtiva do edifício, assim como a caracterização geológica e geotécnica do solo de fundação.

Metodologia

Pesquisa histórica

Foi efectuada uma breve pesquisa sobre a historicidade do monumento, através do Inventário do Património Arquitectónico, disponível no site do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).

Inspeção

A inspeção do edifício foi levada a cabo, fundamentalmente, através de exame visual, tendo em vista a caracterização

construtiva e o registo das origens, sintomas e natureza das anomalias (caracterização e identificação).

Ensaios não destrutivos *in situ*

Para a caracterização estrutural ou construtiva e caracterização das anomalias, realizaram-se vários tipos de ensaios não destrutivos, dos quais se destacam:

- Observações boroscópicas de furos previamente executados para a caracterização de elementos estruturais;
- Detecção de elementos estruturais com componentes metálicos ocultos com o pacómetro;

- Detecção e medição do recobrimento de armaduras, igualmente com o pacómetro (fig. 1);
- Medição da profundidade de carbonatação do betão para comparar com a espessura de recobrimento das armaduras, permitindo a avaliação do estado de passivação do aço;
- Medição do potencial eléctrico das armaduras e da resistividade do betão, com o objectivo de detectar zonas com risco elevado de corrosão das armaduras, cujos efeitos ainda não são visíveis (fig. 2);
- Ensaios ultra-sónicos para avaliar a qualidade do betão e determinar a profundidade de fissuras;
- Avaliação da integridade de elementos estruturais de betão armado pelo método do impacto-eco;
- Ensaios de resistografia sobre elementos de madeira para avaliar a eventual redução de secção resistente devido, por exemplo, a ataques de insectos xilófagos e / ou podridão;
- Ensaios de tracção sobre amostras de aço para avaliar a resistência à tracção de elementos estruturais;
- Ensaios de compressão sobre provetes de betão para avaliar a resistência à compressão.

Para a caracterização das fundações e do solo de fundação foram realizados poços de reconhecimento junto de paredes estruturais, sondagens com recolha contínua de amostras de solo e ensaios SPT e DPSH.

Resultado do estudo

A construção do edifício que alberga actualmente o Museu de S. Roque, antiga Casa Professa e Igreja de S. Roque, remonta ao século XVI. Ao longo dos anos o edifício

1 | Detecção e medição do recobrimento de armaduras com o pacómetro.

2 | Medição do potencial eléctrico das armaduras e da resistividade do betão.

3 | Ala Sul. Colunas e arcos do claustro, constituídas por blocos de cantaria de pedra e colunas metálicas revestidas com reboco de base cimentícia.

4 | Asna treliçada da estrutura metálica da cobertura da ala Sul, ligada à abóbada que constitui o tecto do salão do piso elevado, formada por alvenaria de tijolo cerâmico argamassado e vigas metálicas.

foi alvo de inúmeras obras de ampliação, requalificação e reabilitação, das quais se destaca a intervenção realizada no início do século XX para a instalação do museu, inaugurado em 1905.

Os elementos portantes preponderantes do edifício são constituídos pelas paredes resistentes de alvenaria de pedra irregular e fragmentos cerâmicos argamassados com ligante de cal e pelas colunas e arcos do claustro, constituídas por blocos de cantaria de pedra (fig. 3). Foram ainda detectadas colunas metálicas no piso térreo e pilares de betão armado nos pisos elevados, que se encontram ocultos nas paredes.

O pavimento do piso elevado da sala principal do museu (ala Sul), aparentemente contemporâneo da intervenção do início do século XX, é constituído por uma laje mista de vigas metálicas e abobadilhas de tijolo cerâmico argamassado. Os pavimentos dos pisos elevados das outras alas resultam de alterações importantes em diferentes épocas, em que foram introduzidas lajes de betão armado.

A estrutura de cobertura da ala Sul e o tecto abobadado da sala principal do museu, aparentemente também contemporâneos das obras realizadas no início do século XX, constituem um sistema estrutural conjunto. O tecto abobadado é formado por uma casca de alvenaria de tijolo cerâmico argamassado e por vigas metálicas longitudinais suspensas nas asnas, também metálicas, da cobertura (fig. 4). A estrutura da cobertura da ala Norte, fruto de alterações mais recentes, é igualmente constituída por elementos metálicos, embora de concepção mais simples.

Os ensaios de compressão revelaram betões com resistência característica da ordem dos 25MPa. Nos ensaios de tracção realizados sobre provetes de aço a cedência deu-se acima dos 250MPa e a rotura ocorreu entre os 310 e os 391MPa, revelando um comportamento dúctil.

Na generalidade dos elementos ensaiados, a frente de carbonatação encontrava-se por trás das armaduras, significando que

o aço já se encontrava despassivado e o mecanismo de corrosão instalado.

No decurso do levantamento de anomalias foram registadas poucas anomalias, das quais se assinalam: uma fissura com alguma expressão num painel de laje; a deformação excessiva de algumas madres da estrutura metálica da cobertura da ala Sul e a corrosão severa das armaduras da laje do terraço da ala Poente.

Algumas medidas correctivas recomendadas

A título meramente indicativo, foram recomendadas algumas medidas correctivas possíveis a incidir nas estruturas, visando também a sua durabilidade, das quais se destacam as seguintes:

Consolidação e reforço das paredes de alvenaria resistente através da aplicação generalizada de reboco armado, por exemplo, com rede de aço protegida contra a corrosão, ou de fibra de vidro com protecção anti-alkalina em ambas as faces, de forma a melhorar o seu desempenho estrutural;

Reparação de elementos estruturais de betão armado afectados por corrosão de armadura, através da remoção do betão degradado (até 2 cm por detrás das armaduras), seguido da limpeza da superfície saneada e das armaduras, bem como o seu complemento, se necessário. Por fim, reposição da geometria da secção dos elementos intervencionados, através de argamassas próprias para reparação de betão, ou betão projectado para as áreas mais extensas ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.



1

2



3

4





Ao serviço das Boas Causas

O Património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa | Departamento de Gestão Imobiliária e Património

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é proprietária de um vasto e diversificado património imobiliário por todo o país, mas a sua grande maioria encontra-se na capital. A instituição cuida, há mais de 500 anos, daqueles que estão numa situação mais vulnerável. Um trabalho que tem sido reconhecido por centenas de beneméritos que, ainda hoje, lhe confiam bens para fins solidários.

Desde a sua fundação pela Rainha D. Leonor, em 1498, a Santa Casa tem recebido a confiança de numerosos beneméritos, pela sua intemporalidade e, sobretudo, pela qualidade no apoio prestado a quem dele mais necessita. Pessoas conhecidas ou anónimas que, ainda em vida ou após a morte, decidiram atribuir à instituição uma parte ou a totalidade dos seus bens.

Quase 93 por cento do património que a Santa Casa hoje detém foi-lhe, assim, entregue por via de doações e heranças. Uma confiança que comporta grande responsabilidade, considera Ricardo Amantes, diretor do Departamento de Gestão Imobiliária e Património: “É por isso que a Santa Casa assume, integralmente, o compromisso de valorizar e rentabilizar este património, de respeitar a memória e a vontade de todos aqueles que deixaram os seus bens ao serviço dos outros”. “A

solidariedade de todas estas pessoas tem sido fundamental no desenvolvimento da atividade e da missão maior da Santa Casa. É uma confiança que queremos honrar”, assegura o responsável.

Histórias de solidariedade

A evolução da história, do património e da atividade da Santa Casa está, neste sentido, intimamente associada às contribuições dos seus benfeitores, ao longo dos tempos.

No Arquivo, na sede da Misericórdia, há um extraordinário espólio de documentos que testemunha esta ligação: de que são exemplo os testamentos datados do século XVI e XVII de D. Simoa Godinho, que legou o seu ouro, prata e jóias a São Roque e à capela que possuía no interior da antiga Igreja da Misericórdia; e de D. Antónia de Castro, que incumbiu a Santa Casa de

1 | Hospital Ortopédico de Sant’Ana, herança de D. Claudina Chamiço.

2, 3 e 4 | Interior de Edifício na Calçada do Lavra, reabilitado pelo Programa Reabilitar em 2012_3.

© Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Departamento de Gestão Imobiliária e Património.

administrar o remanescente da sua herança, com a condição de criar um hospital para peregrinos e estrangeiros pobres.

Dos testamentos de D. Manuel I, da filha D. Maria e da Rainha D. Catarina ficou a forte preocupação com os órfãos em risco, particularmente as meninas, de que resultou a criação de albergues, internatos e asilos na cidade de Lisboa. Em finais do século XVIII, foram ainda deixadas à Santa Casa esmolas para socorrer os presos detidos nas cadeias do Limoeiro, das Mónicas e do Castelo.



2 3



4

Já no século XX, tiveram especial relevância as heranças de Enrique Mantero Belard, António Marcelino Egreja, Hortênsia Luísa da Silva Castanheiro Klein e a doação de Acácio Domingos Barreiro, mulher e filha. Heranças que se destacaram quer pela sua grande dimensão e valor, quer pela visão humanística e filantrópica que transportam.

Ainda hoje, parte deste património está afeto à atividade social. É o caso da Unidade de Saúde Dr. Domingos Barreiro ou da Residência Faria Mantero. Todos os anos, são também entregues os “Prémios Verdades de Faria”, que distinguem pessoas que, em Portugal, mais tenham contribuído pelo seu esforço no cuidado a idosos desprotegidos, no progresso da medicina na sua aplicação às pessoas idosas e no tratamento das doenças do coração.

No século passado, destaque ainda para a herança de D. Claudina Chamiço, que deixou à Santa Casa a administração do atual Hospital Ortopédico de Sant’Ana, inicialmente dedicado ao tratamento da tuberculose e condições associadas, fazendo frente – com sucesso – a Afonso Costa, para levar avante o projeto. É exemplo emblemático de como as benemerências da Santa Casa têm sido motor do bem-fazer que norteia a atuação da instituição, mas também essenciais na inovação social, em cada época.

Mais recentemente, assumem grande relevo as heranças do embaixador João Oliveira Pequito, de Eduardo Corrêa de Sá e de Delmira Maças e as doações de Dinora Castro Pina e Teresa Mendia de Castro.

Ao permitir a expansão das respostas sociais, as benemerências têm sido indispensáveis ao incremento e

sustentabilidade da ação da Santa Casa. São, sobretudo, importantes aquelas anteriores à concessão à Santa Casa da exploração de uma lotaria, pela Rainha D. Maria I, em 1783, que veio assegurar uma fonte de receitas à instituição.

Mais receitas para as causas apoiadas

Além dos edifícios onde estão instalados os lares, creches, unidades de saúde e outros serviços, outra parte do património imobiliário da Santa Casa destina-se ao arrendamento para habitação e serviços (comércio e escritórios) – num total de 538 imóveis, 384 dos quais em Lisboa.

Ano após ano, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa continua a receber património imobiliário, prédios urbanos, rústicos e frações autónomas, espalhados por todo o país. Ao Departamento de Gestão Imobiliária e Património compete gerir estes processos e os imóveis recebidos, para criar receitas que possam ser reinvestidas nas causas apoiadas pela instituição.

A aposta no “Programa Reabilitar”

É com este objetivo presente que a Santa Casa está a desenvolver um amplo programa de reabilitação urbana, recuperando 15 prédios por toda a cidade de Lisboa. O programa “Reabilitar” pretende, neste sentido, gerar mais receitas para as causas apoiadas através do arrendamento, bem como rejuvenescer a cidade.

Nos três anos mais recentes, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa investiu já cerca de 8 milhões de euros na manutenção e na conservação do património. Entre 2011

e 2012, foram realizadas nove obras de reabilitação em património de rendimento, uma das quais está ainda em curso, na Calçada da Tapada, n.º 63. Deverá estar concluída no final do ano.

Das obras realizadas, salienta-se a recuperação do prédio na Praça das Flores, n.º 54/55, um outro na Calçada do Lavra, n.º 11/11A e a do Palácio Valada e Azambuja, no Largo do Calhariz, n.º 15/19, avança o diretor do Departamento de Gestão Imobiliária e Património.

Para este ano, está previsto o arranque de quatro novas obras de reabilitação em prédios de rendimento e mais seis em equipamentos. Até ao final de 2013, a Santa Casa irá, também, abrir quatro novos procedimentos, já agendados, para a aquisição de empreitadas de obras de recuperação e reabilitação em prédios de rendimento, havendo outros processos em fase de programação para equipamentos.

Além das obras já realizadas, das que estão em curso e das que se prevê concretizar, existem ainda cerca de 20 projetos licenciados pelas entidades competentes, cujas intervenções se encontram em fase de planeamento.

Graças a este amplo programa de empreitadas, o “Reabilitar” vem igualmente contribuir para reanimar a economia nacional, “nomeadamente o setor da construção civil, muito fustigado neste contexto difícil que atravessamos”, realça Ricardo Amantes.

A par da recuperação e reabilitação do património, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa investe permanentemente em obras de manutenção e na conservação do seu património imobiliário ■

Requalificação do Património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Exemplo na gestão contínua dos edifícios

Daniel Oliveira | Engenheiro Civil, VHM

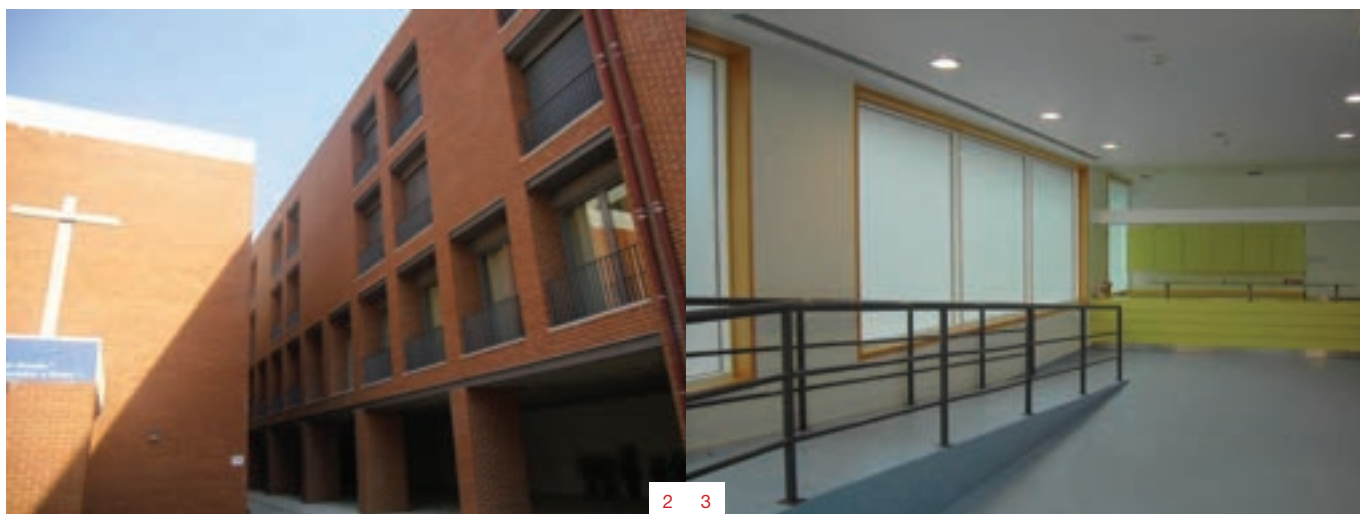
A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem vindo a desenvolver uma série de parcerias para as intervenções no âmbito da requalificação do seu extenso património, tendo apostado na Vítor Hugo – Coordenação e Gestão de Projectos, S.A. (VHM), para a Fiscalização de obras desde 2007.



Património imobiliário da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) é composto aproximadamente por 530 imóveis, dispersos por todo o país, estando a grande maioria localizados na capital, estando 42 destes devolutos. Face ao elevado número de prédios a intervir, é necessária uma gestão contínua das intervenções a concretizar no terreno, tendo sido essas boas práticas levadas a cabo pela instituição SCML.

Entre as intervenções mais significativas em que a VHM colaborou na cidade de Lisboa, podemos destacar alguns exemplos sobre obras em edifícios residenciais e também em instalações para acção social e saúde.

Tem sido no centro da cidade, que a SCML tem promovido mais intervenções, tendo a VHM participado nas obras de conservação e beneficiação das zonas comuns e cobertura do edifício sito na Av. Almirante Reis, n.º 16, em Lisboa (foto 1), bem como nos acabamentos e instalações especiais do Lar de Santa Joana Princesa, Quinta Lagares D' El Rei em Lisboa. Para este local estiveram inicialmente previstas várias funcionalidades, tendo finalmente sido estruturado para Lar (fig. 2), tendo sido necessário efectuar uma vistoria exaustiva, de modo a garantir a estabilidade da estrutura em betão armado já existente.



- 1 | Edifício de habitação, Av^a Almirante Reis, n.º 16.
- 2 | Lar Santa Joana Princesa, Quinta Lagares D' El Rei.
- 3 | Centro de Avaliação Geriátrica, Parque Expo.

Outra prestação de serviços com Coordenação e Fiscalização de obra, foi o Centro de Avaliação Geriátrica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa na Parque Expo (fig. 3).

Os trabalhos de adaptação do existente (previamente funcionava neste local uma loja ampla), tornaram-se no principal desafio, tendo sido necessária a adaptação de todas as infra-estruturas existentes para satisfazer as necessidades de um centro de geriatria, com diversos gabinetes para consultas médicas e salas de tratamento.

Durante o mesmo período, a VHM efectuou a Coordenação e Fiscalização das lojas www.jovem situadas na Av. Alexandre Herculano e Rua Duque de Palmela, em Lisboa (fig. 2). Nestas intervenções, a VHM coordenou as várias empreitadas (Construção Civil, Instalações Eléctricas e Instalações Mecânicas), tendo sido traçados os objetivos de cumprimento de prazos, qualidade dos trabalhos e custos.

Em 2013, mantém-se a parceria com a VHM com a Reabilitação de um edifício no Bairro Alto para a instalação do Centro de Dia S. Boaventura, bem como a Reabilitação de um edifício (para habitação), na Rua de S. José n.º 214.

É de louvar esta aposta da SCML na recuperação do património conseguindo assim uma fonte de receitas, promovendo a auto-sustentabilidade e consequente diminuição da dependência das receitas dos jogos ■



COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS

**GESTÃO DE EMPREITADAS PROJECTO COOR
DENACÃO DE SEGURANÇA ACOMPANHAMENTO
AMBIENTAL GESTÃO DA MANUTENÇÃO ESTU
DOS ENERGÉTICOS AUDITORIA**































Sede
Rua Júlio Dinis, 242, P2/205
4050-318 Porto

t. (+351) 226 079 110
f. (+351) 226 008 707
e. geral@vhm.pt
s. www.vhm.pt

Delegação Centro
Estádio Cidade de Coimbra, 92
R. D. Manuel I
3030-320 Coimbra

t. (+351) 239 708 790
f. (+351) 239 708 792
e. vhm.coimbra@vhm.pt

Delegação Sul
Parque das Nações
R. do Pólo Sul, 1.01.1.1
1900-237 Lisboa

t. (+351) 217 957 216
f. (+351) 217 957 218
e. vhm.lisboa@vhm.pt










Itália

Intervir em teatros históricos

Ricardo Pinto | Arquiteto, formado pela FAUP em 2012 com a dissertação: "A permanência e o novo nas intervenções nos teatros históricos italianos". Estudou entre 2011 e 2012 no Politécnico de Milão.

Dentro do tema da reabilitação de edifícios históricos, os teatros destacam-se por pertencerem a um tipo de construção com uma necessidade constante de se adaptar às várias exigências que lhe são colocadas, como o tipo de espetáculo ou as normas de segurança e prevenção contra incêndios.

Os teatros estabeleceram-se nos últimos séculos como um dos espaços de referência de diversas cidades italianas, pelo que a sua crescente importância levou a que as intervenções nos mesmos fossem sempre muito discutidas por diversas questões, sejam elas sociais, técnicas, políticas ou financeiras.

As primeiras intervenções nos teatros públicos italianos surgiram no século XIX e procuraram restabelecer, essencialmente, o teatro ao nível dos novos que se iam construindo e com melhores resultados. Estas intervenções, ao contrário de outras contemporaneamente realizadas em diferentes tipos de edifícios, não demonstraram uma ideologia completamente estilística, ou seja, rejeitaram a possibilidade de uma completa recuperação formal do objeto perdido. A favor de uma adequação do teatro às novas formas de uso, o caráter de inovação destas intervenções manteve-se, mesmo nos casos em que existiram perdas de elementos com grande valor histórico e artístico, como as que se sucederam nos incêndios de 1816 e 1836 nos teatros La Fenice de Veneza e San Carlo de Nápoles, respetivamente.

As intervenções de caráter estilístico suceder-se-iam apenas anos mais tarde, aquando da estabilização daquela que seria a forma ideal dos teatros "à italiana",

começando o valor histórico do edifício a ser considerado um aspeto de grande importância a nível nacional e internacional. Tal se verificaria, essencialmente, após as destruições dos teatros causadas pela II guerra mundial, que levaram à realização das primeiras intervenções estilísticas. O sentimento de perda de um teatro, que representava o esplendor de uma época antiga, potenciou a realização das primeiras

intervenções que fossem no sentido da recuperação formal, tal como a executada no teatro La Fenice de Veneza entre 1936 e 1938, ou nas intervenções realizadas após a II guerra mundial nos teatros Alla Scala de Milão e San Carlo de Nápoles.

A discussão sobre a integração do novo com o antigo surgiria na época do Pós-Guerra e por conseguinte, ao mesmo tempo que



“

As primeiras intervenções nos teatros públicos italianos surgiram no século XIX e procuraram restabelecer, essencialmente, o teatro ao nível dos novos que se iam construindo e com melhores resultados... A favor de uma adequação do teatro às novas formas de uso, o caráter de inovação destas intervenções manteve-se, mesmo nos casos em que existiram perdas de elementos com grande valor histórico e artístico...

”

se formaram as primeiras intervenções de predominância estilística, vários teatros foram em grande parte transformados, de forma ainda mais evidente do que se sucedera nas intervenções do século XIX. Nestes casos, a própria destruição permitiu que as intervenções realizadas fossem mais libertas das pré-existências e operassem no sentido de uma modernização mais eficaz do que as que seriam possíveis através de pequenas intervenções, tal como se sucedeu nas realizadas sobre os teatros Regio de Turim e Carlo Felice de Génova.

Nas duas décadas seguintes, já numa época mais estável, formou-se um pensamento a favor da conservação baseado na preservação da autenticidade material que culminaria na redação da carta de restauro internacional de 1964 e a nacional de 1972. Estas não seriam totalmente respeitadas, tal como tinha sucedido com as principais cartas de restauro de 1883, 1931 ou 1932, que propuseram um conjunto de regras para as intervenções de restauro que depois, a nível prático, não foram totalmente seguidas. Basta analisar as intervenções realizadas entre o último quarto do século XX e a primeira década do século XXI para se verificar a pluralidade do tipo das mesmas, que flexibilizaram a ideologia que se vinha a consolidar até então a nível ocidental, a favor da conservação. Por conseguinte, poder-se-ão verificar ainda hoje intervenções prevalentemente de restauro, como os casos das intervenções nos teatros Massimo de Palermo, Petruzzelli de Bari e La Fenice de Veneza. De características predominantes a favor da conservação, ou seja, da preservação da matéria original ainda existente, foram realizadas as intervenções

nos teatros Sociale de Bergamo e San Carlo de Nápoles. Já de acordo com a prevalência da renovação foi realizada a intervenção sobre o teatro Alla Scala de Milão entre 2002 e 2004.

Em suma, o que as diversas intervenções nos teatros históricos demonstraram ao longo do tempo, principalmente as últimas realizadas, foi o alargamento dos campos teórico e prático, formados por uma complexa organização da interpretação pessoal dos diferentes autores a partir de diversos valores, como o histórico, o artístico / estilístico e o de inovação. Por conseguinte, tendo em conta os valores identificados nos vários teatros e os modos como foram interpretados, constata-se que as intervenções realizadas partiram, acima de tudo, de um posicionamento teórico, antes ainda de qualquer relação com a época em que se inseriram, podendo encontrar-se diversas ideologias defendidas num determinado período da História e que poderão ser ainda hoje sustentadas e aplicadas■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDELLI, Pier Giovanni et al (2010) – *Il Teatro Regio di Torino da Carlo Mollino ad oggi: consistenza materica ed esito architettonico*. Palermo, D. Flaccovio, p. 94.

CIACCI, Leonardo (org.) (2003) – *La Fenice ricostruita, 1996-2003: un cantiere in città*. Veneza, Marsilio, p. 71.

SAPIO, Maria (org.) (2010) – *Teatro di San Carlo: memoria e innovazione*. Nápoles, Arte'm, p. 56.

SECCHI, Luigi Lorenzo (1977) – *1778 / 1978: Il Teatro alla Scala- architettura, tradizione, società*. Milão, Electa, p. 239.

1 | A cobertura nervurada sobre a plateia do teatro Alla Scala de Milão reconstruída no pós-guerra, sob a coordenação do arquiteto Luigi Secchi em 1969 (SECCHI, 1977).

2 | Obras de reconstrução do teatro Regio de Turim em 1965 (BARDELLI et al, 2010).

3 | A reconstrução da sala teatral do La Fenice de Veneza após o incêndio de 1996 (CIACCI, 2003).

4 | Operações de deslocamento da cortina histórica “Mancinelli” do teatro San Carlo de Nápoles na intervenção de 2008 (SAPIO, 2010).



É necessário que as principais profissões da construção sejam regulamentadas

Face à importância da construção para a economia, a necessidade de qualificação dos profissionais envolvidos aparece como condição estratégica indispensável para assegurar a eficácia e durabilidade das intervenções.

Num estudo de diagnóstico do setor da construção publicado pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), em 1998¹, reconhecia-se que “a generalidade dos trabalhadores da construção é actualmente ‘menos sabedora do seu ofício’, tem menos qualificações profissionais que há trinta anos atrás. (...) Em matéria de recursos humanos importa ter presente que a prioridade passa pela formação e qualificação do emprego no Sector, como condição essencial para a modernização das empresas e suporte para a introdução de novas tecnologias e para o acréscimo da produtividade.”

Esta situação permanece inalterada até hoje, apesar de já na altura estar, há vários anos, em vigor o regime jurídico da certificação profissional (Decreto-Lei n.º 95/92 de 23 de maio de 1992). O Sistema Nacional de Certificação Profissional não produziu, na indústria da construção, se não efeitos muito limitados, centrados na construção corrente. O número das profissões do setor da construção em condições de serem certificadas mantém-se estagnado há vários anos, não chegando às duas dezenas, num total de mais de sessenta. O número total de Certificados de Aptidão Profissional (CAPs) atribuídos a profissionais do setor até ao presente é pouco significativo, representando uma percentagem muito baixa do conjunto da força de trabalho. Para este insucesso muito contribuiu o facto da atribuição dos alvarás para o exercício da atividade de construção não depender das qualificações dos profissionais, aos vários níveis, existentes nos quadros das empresas construtoras.

Com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, foi criado o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP), que visa simplificar e eliminar barreiras no acesso a profissões e atividades profissionais. A publicação deste diploma revogou, entre outras, a legislação relativa à emissão de CAPs e de Carteiras Profissionais. De acordo com este novo regime, o acesso a uma profissão apenas pode ser restringido na medida do necessário para salvaguardar o interesse público ou por razões inerentes à própria capacidade individual. Para o desenvolvimento do SRAP, foi criada a Comissão de Regulação do Acesso a Profissões (CRAP), com a missão de emitir pareceres sobre a fixação de requisitos adicionais de acesso a determinadas profissões, as profissões regulamentadas.

Ora, a construção tem um peso muito significativo na economia, o que, para além doutras razões, basta para lhe conferir inegável interesse público. O setor mobiliza importantes recursos financeiros (o volume bruto de negócios do setor da construção rondava, antes da atual crise, os 26 mil milhões de Euros). Com a retoma da economia e o lançamento de grandes empreendimentos de reabilitação do edificado e da infraestrutura, continuará a exigir vultuosos investimentos. Apresenta, no entanto, uma produtividade muito baixa (cerca de um terço da das suas congéneres europeias), ocupando um elevado volume de recursos humanos (representa, em Portugal, o segundo maior empregador a seguir ao Estado, contando, antes da atual crise, com cerca de 600 000 ativos).

“

Apesar da importância do setor para a economia e da sua gritante necessidade de qualificação, as profissões da construção não são profissões regulamentadas nem, segundo informação obtida junto da CRAP, se prevê que o venham a ser. Tal facto alinha bem com o facilitismo do passado, mas está em clara contradição com o que o que deve ser a estratégia do setor da construção, enunciada, há menos de um ano, pela Comissão Europeia.

”



1 | Restauro de pintura mural (Atelier Samthiago).

2 a 5 | Consolidação e reforço de fundações e estruturas (Stap).

É estranho que o novo regime não inclua as principais profissões da construção entre as profissões regulamentadas, ao contrário do que acontece em França, na Alemanha e na Áustria, para citar apenas alguns países. Dificilmente haverá intervenções de reabilitação que respeitem os requisitos básicos de eficácia e economia, sem que haja empresas qualificadas. E não existirão empresas qualificadas se não houver profissionais qualificados ■

1. “O Sector da Construção – Diagnóstico e Eixos de Intervenção” – Fernando Paes Afonso António, Manzon de Sequeira, Joaquim Mesquita de Moraes e Lourdes Hill IAPMEI. Agosto de 1998.

2. “Strategy for the sustainable competitiveness of the construction sector and its enterprises”. http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/itemdetail.cfm?item_id=6121&lang=pt

Apesar da importância do setor para a economia e da sua gritante necessidade de qualificação, as profissões da construção não são profissões regulamentadas nem, segundo informação obtida junto da CRAP, se prevê que o venham a ser. Tal facto alinha bem com o facilitismo do passado, mas está em clara contradição com o que o que deve ser a estratégia do setor da construção, enunciada, há menos de um ano, pela Comissão Europeia². Nesse documento, a Comissão alerta para a necessidade dos pacotes de incentivos avançados por alguns países como resposta à crise do setor da construção incluírem medidas destinadas a aumentar as competências e as qualificações, sob pena de não terem efeitos duradouros na competitividade do setor. O documento prevê que a construção venha a ser cada vez mais confrontada com a necessidade de mão-de-obra qualificada, particularmente no que respeita à preparação da força de trabalho para a reabilitação, para a aplicação de tecnologias avançadas e para a melhoria da organização do trabalho.

De facto, a reabilitação de construções existentes é, com frequência, mais complexa do que a construção corrente, quer em termos metodológicos, quer em termos tecnológicos. Para possuírem a necessária qualidade, em termos da sua eficácia e economia, as intervenções desta área exigem minúcia e rigor ao longo de todo o processo e, em particular, na fase de execução em obra. Isso pressupõe uma maior qualificação dos agentes envolvidos, quer ao nível das empresas, quer ao nível dos profissionais.



Sub-Telha

Ideal para o restauro de telhados

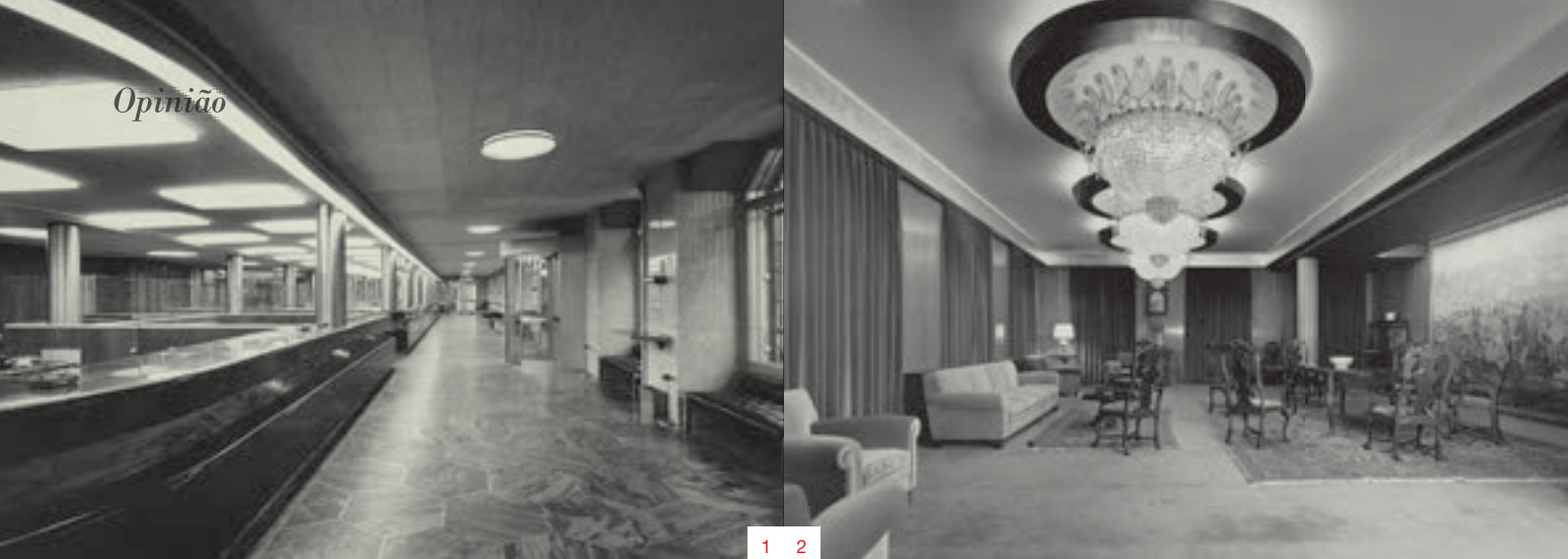


Leve – Seguro – Durável

Totalmente Impermeável

www.onduline.pt

info@onduline.pt Telf.: 227 151 230



1 2

A antiga sede do Banco Nacional Ultramarino / Atual Mude – Museu do Design e da Moda

Cristina Morisson | Designer e Mestre em Conservação e Reabilitação de Interiores

Avaliar boas condutas em domínios tão discutíveis como a questão do Património nunca é simples, se não mesmo irresoluto. Este caso particular poderá ser o ideal para considerar o desaparecimento de algo materializado que, a dada altura, influenciou a vivência humana, e até quando essa diferença entre o existente e o não-existente afeta uma identidade.

N

a antiga sede do Banco Nacional Ultramarino (BNU) pode ter-se hoje como a epitome de um espaço que trabalha com os sentidos de duas formas. Primeiro: a exaltação e a monumentalidade, a excelência e o luxo dos materiais, o maneio do pormenor. Mas também: a destruição e o descarnamento, o desagrado e o tempo passado.

Além de marcado pelo aspeto nobre e imponente, tal como a maioria dos edifícios do conjunto urbano da Baixa Pombalina, este edifício tem a mão de um dos mais conhecidos arquitetos portugueses do Estado Novo, Luís Cristino da Silva (1896-1976). Datado de inícios dos anos 50 do século passado, este projeto continua até hoje na memória de muitos.

Ficou conhecido como o mais vienense dos bancos lisboetas, pelo requinte do desenho e dos materiais. O elemento caracterizador imediato é a entrada, ainda

existente, composta pelo grande portal de aço inoxidável, que anuncia a riqueza e sumptuosidade dos interiores que em outros tempos preponderaram.

Hoje ainda é possível usufruir de “sobras” representativas deste projeto, sendo a intervenção atual uma adaptação da destruição da sede do BNU para espaço cultural, o MUDE – Museu do Design e da Moda. O atual projeto, que parte do atelier de arquitetura Ricardo Carvalho + Joana Vilhena, tem como ponto de partida o uso destes elementos sobreviventes, usando-os como linhas-diretrizes para o respetivo desenho e funcionamento do museu.

Antes: o BNU

Em 1951, Cristino da Silva é o arquiteto escolhido para a ampliação e remodelação do edifício-sede. O seu desenho viria, então, revelar o peso da arquitetura do Regime

e a procura pela monumentalidade (como no grande portal ou no desenho do grande balcão no rés-do-chão), obedecendo às linhas de proporção globalizante que caracterizam o trabalho deste arquiteto.

Aceita também a integração do novo Modernismo, funcionalista e racionalista, aproximando-se da Arquitetura Pré-moderna da Holanda e Alemanha. Observar-se-ia ainda a *Arte Déco*, que geometriza e simplifica o desenho decorativo e que possibilitou o uso das novas tecnologias do betão armado e ferro. Convergiu, assim, num “Classicismo modernizado”, luxuoso nos materiais, amplo na espacialidade, mas “duro” e sóbrio na forma.

Os interiores foram minuciosamente desenhados durante vários anos, encontrando-se desenhos pormenorizados nas maçanetas, nos remates dos corrimões, nos lustres, nas tapeçarias, na azulejaria, na madeira trabalhada, etc., sendo que



3 4

em quase todas estas manifestações decorativas é possível identificar simbologia referente ao Ultramar.

Depois do fecho da agência, nos anos 70 do século XX, o edifício é deixado ao completo abandono e, na década de 90, é totalmente descarnado deixando à vista todo o esqueleto de tijolo e betão armado em quase 80 por cento do seu interior. A destruição acontece de cima para baixo, o que acaba por possibilitar a sobrevivência de alguns elementos nos pisos inferiores, uma vez que é ordenada a interrupção da destruição assim que é finalmente compreendido o interesse do projeto.

Do vasto programa desenhado por Cristino da Silva ficam a restar apenas algumas divisões, que deixam à imaginação a excelência arquitetónica de outros anos.

Hoje: o MUDE

É neste ponto que se instala, em 2009, a nova e atual função do corpo edificado, um museu português dedicado ao Design. Após o grande portal, o rés-do-chão é o espaço mais emblemático, onde a grande zona de atendimento ao público de antigamente é agora o espaço de exposição permanente. Desapareceu toda a zona de trabalho central, que seria revestida a pau-santo, mármore, alumínio e aço inoxidável, existindo agora apenas um esqueleto central e várias colunas descarnadas. O grande balcão que percorre o espaço inteiro é o elemento caracterizador atual que subsiste, assim como os pavimentos de mármore e as escadarias em alumínio, em contraste com os tetos, colunas e a maioria das paredes, hoje totalmente despidos. No piso acima é possível encontrar ainda divisões com alguns revestimentos e iluminação originais, nomeadamente as duas salas de reuniões do Conselho de Administração, assim como o átrio da Administração, que mantém azulejaria e revestimentos em mármore. Nos pisos superiores, cada vez menos vestígios

se conseguem encontrar, uma vez que estes se encontram totalmente descarnados na quase totalidade do edifício.

Apesar de cada espaço ter um lugar assinalado nas vivências de cada um, o passar do tempo obriga a enfrentar o conflito das “boas condutas”. Isto é, será, cada vez mais, necessário contemplar e advertir para as opções tomadas que justificam as mudanças, e as respetivas consequências na eventual destruição elementos de valor patrimonial.

No entanto, nesta situação o desfecho de alguma forma socorre a perda violenta destes valores: assume o erro com um

1 | Antiga zona de atendimento ao público.
© Mário Novais, s.d.; Col. Espólio Luís Cristino da Silva; FCG-Biblioteca de Arte

2 | Sala de Reuniões do Conselho de Administração “Pereira Coutinho”.
© Mário Novais, s.d.; Col. Espólio Luís Cristino da Silva; FCG-Biblioteca de Arte

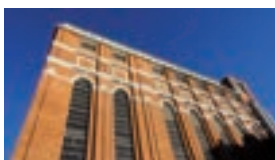
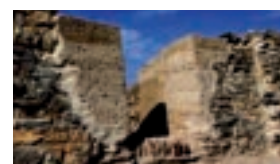
3 | Estado atual dos interiores.
© Luísa Ferreira

4 | Zona de exposição permanente – Piso 0.
© Luísa Ferreira

ambiente atípico e cru, e oferece o antigo e valioso ao mesmo tempo como clássico e contemporâneo, e não como obsoleto e antiquado. Que sirva de lição ■



A reabilitar desde 1989



1. Restauro de fachadas no Convento de Cristo, Tomar
2. Consolidação de canchóes no Fortim de S. Domingos, Elvas
3. Reabilitação de fachadas no Museu da Electricidade, Lisboa
4. Consolidação de ponte Românica, Vila do Conde
5. Restauro de paiol no Fortim de S. Mamede, Elvas
6. Reabilitação de coberturas no Convento de Cristo, Tomar

12
34
56



Edifício Cruzeiro

Primeiro centro comercial português corre risco de demolição

GECORPA | Grémio do Património

O chão dos corredores largos era revestido a calçada portuguesa, com setas a indicar a obrigação de circular pela direita. No primeiro andar, lojas para senhoras. Um ringue de patinagem, um cinema, dancings, um salão de fado e outro de jogos juntavam-se ao lote de 40 estabelecimentos. Por cima da porta da entrada, com caixilho singelo, a palavra “Cruzeiro”. Foi assim batizado o primeiro centro comercial português.

A

construção começou no Estoril, em 1947, juntando traços do Modernismo dos anos 30 e de uma linguagem mais regionalista, muito comum em Portugal na década de 40. O projeto de Manuel António da Cruz e João da Cruz, porém, nunca chegou verdadeiramente a ser o palco de inovação e atividade idealizado.

Apesar do dinamismo trazido ao Estoril com o fervilhar da Segunda Guerra Mundial, o Centro Comercial foi inaugurado já após o fim do conflito, quando os exilados e turistas de elite que haviam ocupado a região se movimentavam para outros mercados, analisa Sandra Vaz Costa, Técnica Superior da Direção-Geral do Património Cultural.

Também a população do Concelho de Cascais, “maioritariamente constituída por residentes de segundas habitações, as de veraneio, não estava ainda preparada para um comportamento mais cosmopolita que este equipamento exige”, acrescenta, pelo que o Centro Comercial “não alterou os hábitos nem os comportamentos” dos residentes.

Da época dourada da construção do Cruzeiro não sobram muitos vestígios no concelho. Há “apenas algumas vivendas, alguns hotéis, ainda que já transformados”, nota Paulo Ferrero, do movimento cívico “Cidadania Cascais”. “Restam memórias, em texto e fotos”.

Também o Cruzeiro corre o risco de vir a tornar-se apenas uma memória. Carlos Carreiras, o autarca de Cascais, não vê na preservação do edifício, que não está classificado, uma prioridade. O banco BPI, proprietário do Centro Comercial, anunciou a intenção de demolir o Cruzeiro e construir no seu lugar um edifício habitacional de quatro pisos. Um projeto, acusa Ferrero, “totalmente dissonante com o destino turístico e a vivência que a Câmara Municipal de Cascais diz defender para o Estoril”.

“O Cruzeiro marca uma época de transição nos critérios de projeção de modelos arquitetónicos comerciais”, considera Filipe Ameixa, que dedica a sua tese de mestrado em Arquitetura, no ISCTE - IUL, ao estudo desse edifício. Ao Cruzeiro acresce o valor de “fazer verdadeiramente parte de muitas vidas e gerações monte estorilenses, facto que certamente o inscreve na História de uma localidade tão especial”. Dados que, para os responsáveis pelo edifício, parecem não ser suficientes. “A classificação do Centro Comercial Cruzeiro foi tentada junto da Câmara Municipal de Cascais por mim mesmo e pelo “Cidadania Cascais”, há poucos anos”, afirma Ferrero. “Até agora, não houve reação de quem de direito”.

Contactados pelo Grémio do Património (GECORPA), nem a Câmara Municipal de Cascais nem o BPI consideraram pertinente prestar declarações sobre o assunto ■



Grémio do Património apoia a ação-piloto de reabilitação da aldeia de Covas do Monte

Cátia Soares | Finalista de Ciências da Comunicação, FCSH - UNL

Em 2013 a iniciativa Terra Amada irá desenvolver uma ação-piloto de voluntariado, tendo em vista a realização de obras de conservação e reabilitação na aldeia de Covas do Monte, concelho de São Pedro do Sul.

Ação-piloto “Covas do Monte” realizar-se-á com base em mão-de-obra voluntária de meia centena de alunos, sob a direção de mestres-de-obras e técnicos experientes do setor, também estes voluntários, e com os materiais que forem doados por empresas de fabrico / distribuição.

“Esperamos que a ação-piloto em Covas do Monte seja o arranque para um processo mais alargado de realização regular de ações de voluntariado emblemáticas, capazes de inspirar e mobilizar um amplo conjunto de atores”, destaca Ana Costa Pinho ao GECORPA - Grémio do Património. O principal objetivo é, segundo a representante da Terra Amada, a “realização de projetos comuns em prol do desenvolvimento local, da coesão social e territorial, da solidariedade intergeracional e da conservação do património material e imaterial das nossas aldeias rurais”.

A vetusta aldeia de Covas do Monte situa-se no maciço da Gralheira, a escassas dezenas de quilómetros a norte de São Pedro do Sul, distrito de Viseu. É conhecida pelo seu rebanho comunitário de cerca de 2000 cabras, que, a par da agricultura de subsistência, tem permitido à sua diminuta população manter a estrutura económica original.

Neste caso concreto, as principais necessidades a dar resposta prendem-se com a melhoria das acessibilidades, “um problema bastante presente numa aldeia serrana habitada por população idosa mas bastante ativa e que precisa de se locomover”, revela Ana Costa Pinho.

Outra das questões importantes é a “melhoria das condições de salubridade e conforto de alguns espaços habitacionais”, bem como “a conservação e reposição do pleno funcionamento de equipamentos de uso coletivo que têm grande valor patrimonial, como sejam a azenha, que tem cerca de duzentos anos, e o moinho de milho”, acrescentou a responsável.

Irão ainda ser feitas outras pequenas obras que se ligam com o apoio à atividade principal da aldeia, o pastoreio, e uma intervenção de conservação na sede da associação local, o único espaço de encontro social e recreativo de Covas do Monte.

A iniciativa Terra Amada, promovida pelo núcleo de Viseu da Universidade Católica, centra-se no desenvolvimento de ações de voluntariado, abertas à participação de alunos de cursos de arquitetura nacionais e estrangeiros, com o objetivo de realizar intervenções de conservação e reabilitação em aldeias rurais. Estas intervenções

deverão dar resposta às necessidades mais prementes do aglomerado, em particular no que respeita a melhorar a qualidade de vida de populações, conservar e reabilitar o património material e imaterial (ligado às artes e ofícios tradicionais) e contribuir para o desenvolvimento local.

“Esperamos que esta seja a pedra angular de ações que, ao mobilizar tantas vertentes da nossa sociedade para trabalhar em conjunto, de forma cooperante e solidária para um objetivo comum, contribua para o benefício de todos”, afirma Ana Costa Pinho. A representante do projeto acredita que a iniciativa “não só irá contribuir para preservar o nosso passado, como para a construção da sociedade que queremos para o futuro.

O Grémio do Património propõe-se apoiar a iniciativa em duas fases: na fase de conceção das intervenções selecionadas, aconselhando quanto às soluções de reabilitação a adotar, tendo em vista a sua compatibilidade e integração com as técnicas e materiais originais; na fase de execução, mobilizando as empresas e profissionais seus associados para a cedência de encarregados e operários especializados para acompanhar os alunos, e para o fornecimento de materiais a utilizar nessas intervenções ■

GECORPA – Grémio do Património assina protocolo de colaboração com a União das Misericórdias Portuguesas



Filipe Ferreira (GECORPA), Manuel de Lemos (UMP) e Vítor Cóias (GECORPA).

Decorreu, no passado dia 13 de fevereiro, na sede da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), no Palácio dos Vianinhas, em Lisboa, a assinatura do protocolo de colaboração entre esta entidade e o GECORPA – Grémio

do Património. Compareceram, para o efeito, em representação do Grémio, os membros da direção Vítor Cóias e Filipe Ferreira. A UMP fez-se representar pelo presidente, Manuel de Lemos.

O estabelecimento deste protocolo traduz a vontade das duas entidades colaborarem, com vista à adequada preservação do vasto Património à guarda das Misericórdias portuguesas. Enquanto legado histórico de valor inestimável, este Património deve ser intervencionado usando exclusivamente práticas consagradas de reabilitação, conservação e restauro, e recorrendo aos profissionais e às empresas mais qualificadas.

Ao longo de mais de cinco séculos, as Misericórdias Portuguesas espalhadas pelo país – a UMP, criada em 1976, integra e coordena aproximadamente cerca de 400 – reuniram um vasto património imóvel e móvel

que, desde 1997, tem sido gerido no âmbito do Gabinete do Património Cultural da UMP, dirigido por Mariano Cabaço.

O presente protocolo estabelece, no seu clausulado, que a UMP, relativamente à seleção dos profissionais e das empresas que preparam, projetam e executam as intervenções, recomendará aos seus associados a adoção de critérios compatíveis com as competências reconhecidas pelo Grémio do Património. Prevê também, entre outras áreas de colaboração, a organização, em regime de parceria, de iniciativas no âmbito da formação profissional.

Os signatários esperam que o protocolo se traduza na adoção e divulgação conjunta de iniciativas que promovam as boas práticas e dêem a conhecer o trabalho das Misericórdias em prol da salvaguarda do Património à sua guarda.

Programa “Património Ativo” para jovens desempregados

Ministério da Economia e do Emprego lança programa que cria emprego jovem e, ao mesmo tempo, promove a conservação do Património e a reabilitação urbana



Moldar tijolo na eira, no Telheiro da Encosta do Castelo. Montemor-o-Novo.
© Oficinas do Convento - Associação Cultural de Arte e Comunicação

Trata-se da Portaria n.º 33/2013, de 29 de janeiro, assinada ainda pelo ex-Secretário de Estado do Emprego, Pedro Martins, que cria o “Programa de qualificação e inserção profissional nas áreas da conservação e manutenção do património”, abreviadamente “Património Ativo”.

De acordo com o preâmbulo do diploma, pretende-se levar a cabo uma “intervenção seletiva correspondendo às necessidades específicas de desempregados,

nomeadamente daqueles provenientes dos setores económicos mais expostos ao processo de reestruturação em que a economia portuguesa se encontra atualmente” com é o caso da construção, promovendo medidas que facilitem a reintegração no mercado de trabalho dos jovens desempregados, e, em simultâneo, proporcionem “oportunidades de desenvolvimento de novas competências”. Uma das áreas a que o programa “Património Ativo” pretende chegar, através

do envolvimento dos jovens num “trabalho socialmente útil”, é, justamente, a da reabilitação urbana.

O programa integra duas medidas:

- Os “Estágio-Património”;
- Os contratos emprego-inserção, adiante designados por “CEI-Património”.

De entre as áreas de atividade de que o Programa Património Ativo aceita projetos destacam-se as seguintes:

- Conservação e reabilitação urbana;
- Conservação e restauro de Património móvel e imóvel;
- Conservação e restauro de Património azulejar;
- Animação turística, no âmbito da divulgação do património local – nomeadamente o cultural e o urbanístico;
- Animação de atividades artesanais, como azulejaria, madeira e cantaria.

Como entidade sem fins lucrativos, o GECORPA – Grémio do Património é um candidato potencial a entidade promotora no âmbito deste programa.



GECORPA
GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

CAMPANHA PROMOCIONAL
ATÉ 15 DE MAIO

NOVOS ASSOCIADOS

*Boas práticas na reabilitação do edificado e do Património:
Portugal agradece.*



O GECORPA – Grémio do Património está a oferecer, até 15 de maio, condições especiais de adesão a pessoas coletivas ou singulares que queiram associar-se.

ASSOCIADOS SINGULARES

Todas as pessoas que, independentemente de desenvolverem atividade profissional significativa no âmbito da reabilitação do edificado e/ou da conservação do Património, demonstrarem interesse sério, colaborante e construtivo por estas áreas, podem tornar-se, mediante o pagamento de uma quota mensal de **5€**, Associados Singulares do Grémio do Património.

ASSOCIADOS EMPRESARIAIS

Destina-se a todas as empresas que, desenvolvendo atividade significativa no âmbito da reabilitação do edificado e/ou da conservação do Património, se candidatem à categoria de Associados Ordinários, de acordo com a Área de Atividade em que se inserem. Nos termos da campanha em curso, o novo associado usufrui de uma **redução de 50% no valor da joia e de um ano de isenção de pagamento da quota.**

OUTRAS ENTIDADES COLETIVAS

Todas as entidades coletivas (empresariais e não empresariais) que, mesmo não desenvolvendo atividade relacionada com a reabilitação do edificado e do Património, demonstrem ter interesse sério, colaborante e construtivo por estas áreas, tornando-se Associados Extraordinários, através do pagamento de uma **quota mensal entre os 10 e os 14€.**

Conheça as Vantagens e as Condições de Adesão em www.gecorpa.pt.



Lançamento do Anuário do Património 2012



Distribuição do Manual de Educação em Património



Visita Estaleiro-Aberto ao Castelo dos Mouros, Sintra



Visita Estaleiro-Aberto à Escola Raul Lino, Lisboa



*Ajude a defender o Património do País:
as futuras gerações agradecem!
Pela salvaguarda do nosso Património: Adira ao GECORPA!*

Abril

Maio

Julho

Seq	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seq	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seq	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seq	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seq	Ter	Qua						
15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17						
<div>18 de Abril 2013 18 de Abril: Dia Internacional dos Monumentos e Sítios Património + Educação = Identidade <i>Vários locais</i></div>										<div>10 e 13 de Julho 2013 1.ª Edição da Conferência Internacional “InArt” <i>Universidade de Évora</i></div>																	<div>Abril e Maio 2013 Curso de <i>E-Learning</i> “Inventário de Património Cultural Imaterial” Edição 2013 <i>Universidade Aberta</i></div>									

18 de Abril: Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

Património + Educação = Identidade

A Direção-Geral do Património Cultural é a entidade que "convida todas as outras, públicas e privadas a colaborar na comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, cujo tema para 2013 é o Património + Educação = Identidade, com base na proposta do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS). O ICOMOS Internacional elegeu como tema de celebração o "Património da Educação", atendendo ao "vastíssimo legado relacionado com a aprendizagem e o conhecimento, que encontra a sua materialização em inúmeros conjuntos e elementos de património arquitetónico, património móvel e património imaterial, de diferentes escalas e valor, e em diversos contextos, espalhados por todo o país".

A apresentação de iniciativas decorre no próximo dia 18 de Abril e mais informações podem ser obtidas no sítio e contactos dos organizadores.

Informações:

<http://www.igespar.pt/pt/news/9/2280/>

Curso de E-Learning "Inventário de Património Cultural Imaterial"

Edição 2013

Entre abril e maio será realizado, em Lisboa, o *Curso Inventário de Património Cultural Imaterial*, organizado conjuntamente pela Direção-Geral do Património Cultural e pela Universidade Aberta. O curso efectua-se em regime de *E-Learning* e destina-se "a profissionais de entidades envolvidas na elaboração de processos de inventariação de património imaterial, em particular técnicos da administração local e de museus, nomeadamente de âmbito municipal e regional".

Entre os objetivos destaca-se o desenvolvimento de competências para elaboração de pedidos de proteção legal de Património Cultural Imaterial, tendo em vista a inscrição de manifestações imateriais no "Inventário Nacional" via : www.matrizpci.imc-ip.pt.

Organização: Universidade Aberta - DGPC / Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

Informações:

DGPC/ Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial
<http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/iniciativas/formacao/ContentDetail.aspx?id=4592>

1.ª Edição da Conferência Internacional "InArt"

Decorre, entre 10 e 13 de Julho, na Universidade de Évora (Laboratório Hércules) a 1.ª edição da Conferência Internacional "International Conference on Innovation in Art Research and Technology" (InArt).

Informações:

www.inart2013conference.uevora.pt

Anuário do Património 2012

Boas Práticas de Conservação e Restauro



Autor: Vários
Edição: Canto Redondo
Preço: € 20,00
Código: CAR.M.1

Publicação periódica especializada, o primeiro Anuário dedicado ao Património nacional tem como objetivo promover o Património cultural e criar valor nesta área dando a conhecer as melhores práticas, ideias e projetos associados ao Património português. Composta por artigos técnico-científicos, a obra contém ainda um diretório dos agentes do setor.

Memória Propaganda e Poder

O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)



Autor: Maria João Baptista Neto
Edição: FAUP
Preço: € 42,82
Código: FAUP.E.4

O objetivo deste estudo consiste na análise da ação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nomeadamente do Serviço de Monumentos Nacionais, desde a sua criação, em 1929, até 1960, historiando as iniciativas protagonizadas pela DGEMN, junto dos monumentos nacionais classificados, e revelando a tomada de consciência da necessidade da salvaguarda do nosso património arquitetónico. A avaliação do fenómeno do restauro e dos critérios de intervenção nos monumentos fornecem elementos para o conhecimento dos edifícios.

Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão



Autor: Núcleo do Património da LASA
Edição: LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão
Preço: € 15,00
Código: LASA.E.2

O livro assenta na visualização fotográfica sobretudo (cerca de 120 imagens, algumas delas recorrendo ao pormenor), com escassa legenda, ainda que, a anteceder o capítulo de cada edifício, seja feita uma breve resenha histórico-artística da construção. Como intenção máxima deste projecto, fica o propósito de "dar a conhecer o património azulejar religioso existente em Setúbal", bem como a expressão da necessidade de "contribuir para a sua salvaguarda e preservação". Um contributo bem válido para o conhecimento do património cultural setubalense! Trabalho devido ao Núcleo do Património da LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão.



A Igreja de Santa Cruz de Coimbra
História, Conservação e Restauro da Fachada e Arco Triunfal

Autor: Vários Autores
Edição: IGESPAR
Preço: € 35,00
Código: IP.R.1



Santuário do Senhor Jesus da Pedra Óbidos

Autor: Sérgio Gorjão
Edição: Colibri
Preço: € 10,50
Código: COL.E.4



História e Restauro da Pintura do Retábulo-Mor do Mosteiro dos Jerónimos

Autor: Carmen Olazabal de Almada
Edição: IGESPAR
Preço: € 27,43
Código: IP.E.4



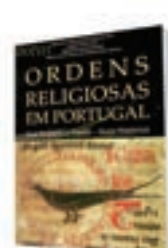
A igreja Românica de S. Pedro de Rates
Guia para Visitantes

Autor: A. Campos Matos
Edição: Livros Horizonte
Preço: € 16,62
Código: HT.E.11



A Real Abadia de Alcobaça
Estudo Histórico-Arqueológico

Autor: Artur Nobre de Gusmão
Edição: Livros Horizonte
Preço: € 12,79
Código: HT.E.10



Ordens Religiosas em Portugal.
Das Origens a Trento

Autor: Bernardo Vasconcelos e Sousa
Edição: Livros Horizonte
Preço: € 40,28
Código: HT.G.2



Convento de Tristo, Tomar

Autor: Paulo Pereira
Edição: Scala Publishers/IGESPAR
Preço: € 20,00
Código: IP.G.1

























Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a **Livraria Virtual** em www.gecorpa.pt

Faça a sua encomenda por e-mail | livrariavirtual@gecorpa | ou online na **Livraria Virtual.pt**

Os associados do **GECORPA** e assinantes da **Pedra & Cal** têm 10% desconto.



GRUPO I <i>Projecto, fiscalização e consultoria</i>	GRUPO III <i>Execução dos trabalhos. Empreiteiros e Subempreiteiros</i>	
 Projectos de estruturas e fundações para reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas e conservação e restauro do património arquitectónico.	 Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.	 Conservação e restauro do património arquitectónico. Azulejo, cantaria, douramento, escultura policromada, pintura de cavalete e pintura mural. Rebocos tradicionais, estuques e gessos artísticos. Serralharias artísticas, talha dourada e policromada. Vidro e vitral.
 Projecto, consultoria e fiscalização na área da reabilitação do património construído.	 Engenharia e Construção.	 Conservação de rebocos e estuques. Consolidação estrutural. Carpintarias. Reparação de coberturas.
 Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Gestão, consultoria e fiscalização.	 Conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.	 Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.
 Projecto geral de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.	 Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Cantarias e alvenarias. Pinturas e carpintarias. Conservação e restauro de património artístico.	 Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Conservação de cantarias e alvenarias.
 Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.	 Projecto de conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e restauro do património arquitectónico. Azulejos; cantarias (limpeza e tratamento); dourados; esculturas de pedra; pinturas decorativas; rebocos e estuques; talha.	 Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.
GRUPO II <i>Levantamentos, inspecções e ensaios</i>		
 Conservação e restauro de estruturas arqueológicas e do património arquitectónico. Inspecções e ensaios. Levantamentos.	 Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.	 Engenharia, Construção e Reabilitação.
 Levantamentos. Inspecções e ensaios não destrutivos. Estudo e diagnóstico.	 Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas.	 Conservação, restauro e reabilitação do património construído e instalações especiais.
		 Construção e reabilitação de edifícios. Serralharias e pinturas.

GRUPO IV
Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais



Reparação e reforço de estruturas.
Reabilitação de edifícios. Inspeção técnica de edifícios e estruturas. Instalação de juntas. Pintura e revestimentos industriais.



Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Serralharias. Carpintarias. Pinturas.



Reabilitação de estruturas de betão.
Consolidação de fundações.
Consolidação estrutural.



Soluções integradas para revestimento de coberturas e fachadas, para reabilitação do património arquitectónico.



Produção e comercialização de materiais para construção.



Produção e comercialização de produtos de base inorgânica para aplicações não estruturais.



Produção e comercialização de produtos e materiais para o património arquitectónico e construções antigas.



**Boletim de Assinatura
da Pedra & Cal**



- ☐ Assinatura anual de dois números da Pedra & Cal: €10,00 (portes incluídos)
- ☐ Assinatura anual para estudante de dois números da Pedra & Cal: €8,50 (portes incluídos, necessário envio de comprovativo da condição de estudante)

Nome: _____

Morada: _____

Código -Postal: _____ Localidade: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Nº Contribuinte: _____

Atividade / Profissão: _____

Modalidade de Pagamento:

☐ NIB: 0033 0000 0022 8202 78305 Millennium BCP (agradecemos o envio do comprovativo de pagamento por email)

☐ Cheque à ordem de GECORPA – Grémio do Património, nº _____

www.gecorpa.pt

GECORPA - Grémio do Património | Av. Conde Valbom 115, 1º Esq. | 1050-067 Lisboa
T. 213 542 336 | info@gecorpa.pt | www.facebook.com/gecorpa

2013 – 60 = 1953 ???

José Aguiar | Professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa



Sir Bernard Fielden, há já alguns anos, inquirindo-se sobre quanto tempo necessitava um edifício moderno para ser “histórico” (i.e., para ser considerado Património cultural) escrevia: *“If the extremely stylish building can survive 60 years it is discovered by a historian who of course writes a doctoral thesis. Its value gradually becomes appreciated and the historians status rises with it. This shortened history of a building shows how difficult it is to evaluate 20th century buildings, especially as each generation tends to criticize and devalue the previous generation so it takes about 60 years for the avant garde to come to a true appreciation of a building merit!”*¹

Temos obras-primas da nossa arquitectura do século XX a chegarem exactamente a esse momento crítico e o problema da conservação do Património do século XX é particularmente complexo. Sabemos da quase imediata alteração destes projectos, da sua relação funcional estrita com a forma, a pouca versatilidade no aceitar reutilizações diversas das originais (condicionando decisivamente novas apropriações).

Ao contrário de outras eras, no século XX concebemos para pouco tempo de vida e produzimos Arquitecturas de vanguarda baseadas em experimentalismos construtivos, por vezes com maus resultados (na proliferação de materiais e métodos nada tradicionais, pouco testados e não validados pelo uso no tempo); as anomalias são de difícil resolução (corrosão do aço e destruição do betão), e desaparecem materialidades essenciais (o término da fabricação de vidro de determinado tipo e transparência, por exemplo).

A conservação do Património do século XX está longe de ser um dos focos principais da nossa precária política da conservação; os inventários e as classificações são rarefeitos e constatamos o rápido desaparecimento de alguns dos melhores exemplares. Mas foi exactamente entre os anos 50 e o período contemporâneo que em Portugal sucedeu algo de verdadeiramente inédito na longa história da nossa cultura: **pela primeira vez tivemos arquitectos, como Álvaro Siza Vieira, reconhecidos como os melhores do mundo, os mais premiados de sempre.**

Algumas das principais obras desta notabilíssima geração estão hoje num lamentável estado de conservação, como sucede na lindíssima Casa de Ovar de Fernando Távora ou na hoje abandonada e muito vandalizada Casa de Chá da Boa Nova em Matosinhos (já classificada como Monumento Nacional).

Com esta realidade, o ICOMOS-Portugal, em estreita parceria com a Faculdade de Arquitectura e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, organizou (a 8 de Fevereiro) nessa cidade o Encontro *Cuidar das Casas 2*, dedicado à *Conservação do Património do Século XX*. Na mesma ocasião divulgou-se a tradução portuguesa do *Documento de Madrid*, estabelecendo *Critérios para a Conservação do Património Arquitectónico de Século XX* redigidos pelo comité ICOMOS ISC20C (disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/>).

No mesmo encontro, o ICOMOS-Portugal propôs a candidatura da obra de Álvaro Siza Vieira a inscrição na Lista do Património Mundial, através da sua inclusão na lista indicativa de Portugal – onde cada país define um alinhamento e organiza o longo caminho a trilhar.

E soubemos então de uma boa notícia: a Câmara Municipal de Matosinhos encarregou o próprio autor do projecto de restauro e reabilitação da Casa de Chá e já lançou o respectivo concurso de execução. Para essa obra importaria reter um extraordinário texto de Álvaro Siza que, escrevendo sobre uma primeira reabilitação (feita em 1992) dessa sua obra (de 1958), dizia (e cita-se em tradução livre) serem os seus interiores de um notável *“(…) trabalho em madeira – afzélia – que, passados mais de 50 anos continua impecável. A execução é, ademais, extraordinária, tal e como se costumava trabalhar normalmente em Portugal nos anos 50. (...) O perfil da Boa Nova segue praticamente em paralelo o perfil das rochas onde se pousa. Na realidade creio que este era o único trabalho que então tinha, e passei ali manhãs inteiras desenhando as rochas uma por uma, era como um paraíso. (...) Bom, chamaram-me para fazer a reabilitação e cheguei com a memória da autocrítica dos anos 60 [do desejo de um projecto geométrico, disciplinarmente mais*

autónomo, como nas Piscinas de Leça] em mente. (...) Assim que a minha primeira reacção foi pensar: Genial, agora vou deixar isto bem!”

Siza repara então em todos os detalhes e revestimentos de madeira e pensa: *“Mas o que é isto tudo? Todas estas coisas não são, para nada, essenciais, não servem para nada, tudo isto é um tique nervoso, há que limpar todos estes elementos! E durante os primeiros dias estas ideias proporcionaram-me uma enorme confiança.*

Logo, depois de uns dias de visita e raciocínio, começo a pensar que se retiro aquilo dali também tenho de destruir aquilo. E se retiro este recorte do revestimento de madeira, que não me agrada nada, tudo o resto ao lado fica isolado, assim que tenho de mudar também outras partes que estão mais além.

Até que chegou o momento em que tomei consciência de que o caminho que estava a seguir se traduziria, com coerência, na demolição do edifício, e em fazer outro novo. Pus-me a pensar em como sair deste atoleiro, e então interiorizei que quem fez o edifício foi outro arquitecto. E portanto tinha encontrado uma qualidade nesse outro arquitecto e na sua arquitectura, havia coerência entre as partes até ao ponto em que se queria transformar uma teria de transformar muitas outras; o edifício constituía um todo.

*E pensei ademais que ainda que não me agradasse esse arquitecto tinha que respeitar o seu trabalho no sentido de criar um ambiente integral, contando com a integridade da sua arquitectura. **E solidarizei-me com o outro, restabeleci o meu respeito por esse arquitecto e comecei simplesmente a recuperar o que já estava!”**² ■*

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

1. FIELDEN, B., *Conservation of the 20th Century Buildings*. Em: ICOMOS-CIF, *Conservation Training – Needs and Ethics*. Helsínquia: ICOMOS Finnish National Committee, 1995, p. 77.

2. SIZA, A., *Conferencia para el CAH20thC*. Em: J.M. Hernández León e F. Espinosa De Los Monteros (ed.). *ISC20C e ICOMOS, Criterios de Intervención en el Patrimonio Arquitectónico del Siglo XX*. Madrid: Ministerio de Cultura, 2011, p. 187-188.



**Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.**



www.oz-diagnostico.pt

Com mais de 20 anos de experiência e detentora da Marca de Qualidade LNEC e da Certificação ISO 9001:2008, a Oz está em condições de prestar um conjunto de serviços de elevada especificidade, numa área de grande exigência, de forte componente tecnológica e de constante inovação.

The company's 20 years of experience, LNEC's Quality Mark and ISO 9001:2008 Certification are a guarantee of quality services in a field with high standards, a strong technological component and under constant innovation.

Entre estes serviços, destacam-se:
Services provided include:

Monitorização de deformações e movimentos das estruturas
Monitoring and follow-up of structural motion

Avaliação da segurança estrutural e do risco sísmico de construções
Assessment of structural safety and seismic risk of buildings

Vistoria de edifícios e outras estruturas com identificação e registo de anomalias
Survey of buildings and other structures and anomaly identification and record

Levantamento da geometria e constituição dos elementos estruturais e fundações
Survey of geometry, layout and constitution of structures and foundations

Ensaios para caracterização da resistência e estado de conservação dos materiais e elementos estruturais
Tests for characterisation of strength and condition of materials and structural components

Inspeção, diagnóstico e projecto no âmbito de reabilitação energética de edifícios
Survey, diagnostic and design for energy rehabilitation of existing buildings

Elaboração de planos de manutenção de edifícios
Maintenance planning for buildings



Ensaio de macacos planos numa parede: medição de deslocamentos com alongâmetro.
Flatjack tests: measurement of strain.



Observação endoscópica do arco duma ponte antiga.
Boroscopic observation of the interior of a masonry bridge.



Extracção de carote na laje de cobertura de um edifício, para caracterização do material.
Core extraction from building's roof layer in order to characterise the material.

**DIAGNOSTICAR ANTES DE INTERVIR
DIAGNOSE BEFORE TAKING ACTION**



samthiago®
atelier | conservação e restauro

CONSERVAÇÃO E RESTAURO do património histórico e artístico



IGREJA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FORNOS DE ALGODRES



IGREJA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VIANA DO CASTELO



CAPELA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÁLVARO



IGREJA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ATOUGUIA DA BALEIA

AZULEJO

ESCULTURA

ESTUQUE E
GESSO DECORATIVO

MOBILIÁRIO

PEDRA

PINTURA DE CAVALETE

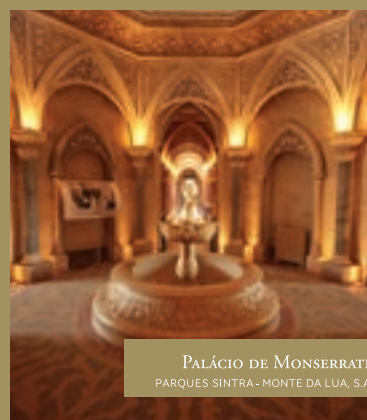
PINTURA DECORATIVA

PINTURA MURAL

TALHA DOURADA



MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO
INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO | EDIFER, REABILITAÇÃO S.A.



PALÁCIO DE MONSERRATE
PARQUES SINTRA - MONTE DA LUA, S.A.



PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA



IGREJA DO CONVENTO DE SÃO VICENTE DE FORA
PATRIARCADE DE LISBOA | DIR. REG. DE CULTURA DE LISBOA E VALE DO TEJO



Rua de Olivença, 98
4900-334 Viana do Castelo
Portugal



+351 258 825 385



geral@samthiago.com
www.samthiago.com



samthiago.conservacaoerestaurao